

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
Bacharelado em Filosofia

Marjorie Batista Pedroso

**O PRÍNCIPE E A RETÓRICA:**

A dimensão retórica na política de “O Príncipe”, de Maquiavel

Porto Alegre

2021

Marjorie Batista Pedroso

**O PRÍNCIPE E A RETÓRICA:**

A dimensão retórica na política de “O Príncipe”, de Maquiavel

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharela em Filosofia  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

Orientador: Dr. Nikolay Steffens Martins

Porto Alegre

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Pedroso, Marjorie Batista  
O PRÍNCIPE E A RETÓRICA: A dimensão retórica na  
política de "O Príncipe", de Maquiavel / Marjorie  
Batista Pedroso. -- 2021.  
53 f.  
Orientador: Nikolay Steffens Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em  
Filosofia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Maquiavel. 2. Retórica. 3. Imagem. I. Steffens  
Martins, Nikolay, orient. II. Título.

Marjorie Batista Pedroso

## **O PRÍNCIPE E A RETÓRICA:**

A dimensão retórica na política de “O Príncipe”, de Maquiavel

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharela em Filosofia  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

Orientador: Dr. Nikolay Steffens Martins

**Aprovada em:** Porto Alegre, 27 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Dr. Nikolay Steffens Martins, Doutor em Filosofia,  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Dr. Paulo Baptista Caruso MacDonald, Doutor em Filosofia,  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Me. Allan Gabriel Cardoso dos Santos, doutorando em Filosofia,  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## RESUMO

Busca-se compreender a posição da retórica na teoria política presente na obra *O Príncipe*, principalmente no que tange à construção da imagem do príncipe, a partir da própria obra e de comentadores que recentemente escreveram sobre retórica em Maquiavel. O objetivo deste trabalho é demonstrar que a construção da imagem do príncipe adquire um papel essencial na teoria política de *O Príncipe*, e que Maquiavel aconselha o uso de artifícios retóricos para a conquista e manutenção do poder. Parte-se de um contexto histórico, com abordagem da cultura humanista e da tradição de “espelhos dos príncipes”. Em seguida, entra-se na obra para aprofundar a construção da imagem a partir do parecer, das consequências do ódio e desprezo, e da complementariedade da astúcia com a força a partir da metáfora do leão e da raposa. Por fim, analisam-se os exemplos de Savonarola e de César Bórgia, para verificar se há uma suposta insuficiência da retórica e também para melhor compreender a reputação e, assim, enfrenta-se o vocabulário utilizado por Maquiavel para se referir à construção da imagem, com ênfase à utilização do engano e à influência da *virtù*.

**Palavras-chave:** Maquiavel. Retórica. Imagem. Engano.

## ABSTRACT

This paper seeks to understand the position of rhetoric in the political theory presented in the work *The Prince*, paying attention to the construction of the image of the prince, based on the book itself, and based on authors who recently wrote about rhetoric in Machiavelli. The objective of this work is to demonstrate that the construction of the image of the prince acquires an essential role in the political theory of *The Prince*, and that Machiavelli advises the use of rhetorical devices for the conquest and maintenance of power. It starts from a historical context, approaching the humanist culture and the “mirrors of princes”. Then, we enter *The Prince* to deepen the construction of the image based on opinion, the consequences of hatred and contempt, and the complementarity of the ruse with the force, based on the metaphor of the lion and the fox. Finally, we analyze the examples of Savonarola and Cesare Borgia, to understand if there is some insufficiency of rhetoric and also to better understand the reputation and, finally, we face the vocabulary used by Machiavelli to refer to the construction of image, with an emphasis on the use of *inganno* and the influence of *virtù*.

**Keywords:** Machiavelli. Rhetorics. Image. Deceit.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 O PRÍNCIPE E A TRADIÇÃO .....</b>	<b>8</b>
2.1 UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO .....	8
2.2 A CULTURA HUMANISTA .....	13
2.3 O ESPELHO DOS PRÍNCIPES.....	19
<b>3 A RETÓRICA DO PRÍNCIPE .....</b>	<b>23</b>
3.1 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM: O <i>PARECER</i> .....	24
3.2 ÓDIO E DESPREZO .....	29
3.3 FORÇA X RETÓRICA: O LEÃO E A RAPOSA .....	33
<b>4 UMA RETÓRICA “APLICADA” À POLÍTICA .....</b>	<b>38</b>
4.1 INSUFICIÊNCIA DA RETÓRICA?.....	39
4.2 COMO AUMENTAR A REPUTAÇÃO .....	42
4.3 O “ENGANO” COMO CHAVE .....	46
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Maquiavel é um autor cujas obras periodicamente voltam ao cenário da filosofia política com papel de destaque no debate, o que demonstra a genialidade de sua produção e permite diversas interpretações conforme o momento histórico. A primeira interpretação que se apresentará, a qual surgiu logo após a publicação da obra, percebe Maquiavel como um mensageiro do mal, que com intenção de ensinar o mal busca aconselhar os príncipes. O primeiro expoente desse ponto de vista é o Cardeal Reginald Pole, que acusou *O Príncipe* de “obra de Satã” (PINZANI, 2004, p. 49), posição que se desenrolou ao longo dos anos, inclusive em dramas como os de Marlowe ou Shakespeare, que na Inglaterra fizeram referências negativas a Maquiavel (PINZANI, 2004, p. 50). Em linha semelhante, no último século, Leo Strauss (1958, p. 67-68) chama a atenção para as crueldades que deveriam ser cometidas a fim de realizar o desejo de Maquiavel em ver a Itália livre de estrangeiros e unificada.

Em oposição, houve interpretações que apontaram o cunho republicano das obras de Maquiavel, segundo as quais ele estaria, na verdade, aconselhando as pessoas quanto ao modo de proceder dos tiranos para fornecer ideias de como resistir a eles, ao mesmo tempo que finge aconselhar os próprios tiranos. Autores destacados desta tradição são Spinoza (VATTER, 2013, p. 119) e, posteriormente, Rousseau (WARD, 2011, não paginado). A interpretação republicana desenvolveu-se com o passar dos anos e adquiriu pontos de vista diversificados, mas possui nomes de expressão na atualidade, como Skinner (2017), que desenvolve seu trabalho principalmente a partir dos fatos históricos que permeavam a realidade de Maquiavel. No Brasil, o republicanismo em Maquiavel ganhou destaque em especial pelo trabalho de Bignotto (2003), que contempla a produção de Maquiavel como um todo.

Outra interpretação consagrada é a de Benedetto Croce, na qual se reputa a Maquiavel a divisão entre ética e política, consagrando em sua obra o realismo político (GUIMARÃES, 2015, p. 88). Ainda há comentadores que o situam como um retórico, exaltando a utilização da arte retórica em suas obras decorrente da sua educação humanista. Um dos maiores nomes que defendem essa posição é Maurizio Viroli (1998, p. 73).

Com essas interpretações no horizonte, e buscando privilegiar o diálogo especialmente com as análises realista e retórica da obra de Maquiavel, a intenção



deste trabalho é compreender a posição dessa última na teoria política presente na obra *O Príncipe*, principalmente no que tange à construção da imagem do príncipe. Para isso, serão tomadas como principais fontes teóricas obras de comentadores que recentemente escreveram sobre retórica em Maquiavel, como Adverse (2009, 2017), Cox (2010) e Kahn (1994) e, como referencial conceitual, Lefort (2012).

A primeira parte do trabalho, constituída pela seção 2, será dedicada ao contexto histórico em que Maquiavel se insere e busca proporcionar um panorama da situação política de Florença, cidade de Maquiavel, na época (seção 2.1). Nesse ínterim, procura-se ressaltar a importância que a retórica adquire, em especial pela influência do Humanismo, tópico que também será abordado nesta primeira etapa (seção 2.2), bem como será explorada a tradição de “espelho dos príncipes” (seção 2.3), a fim de melhor compreender se Maquiavel nela se insere.

Em um segundo momento, na seção 3, o foco estará na análise da construção da imagem retórica dentro da obra *O Príncipe*. O exame desta seção é iniciado pela atenção que se dá ao “parecer” e segue no exame de quais são suas implicações (seção 3.1). Na sequência, buscar-se-á aprofundar essa análise da imagem por meio dos conselhos de Maquiavel sobre o ódio e o desprezo (seção 3.2) e, após, pela importância do uso complementar de astúcia e força por meio da metáfora do leão e da raposa (seção 3.3).

Na última parte, seção 4, serão aplicados os preceitos teóricos encontrados na obra a exemplos históricos propostos também por Maquiavel, inicialmente para confrontar tais preceitos com uma suposta insuficiência da retórica, no exemplo de Savonarola (seção 4.1). Em seguida, para compreender a dinâmica do parecer e da reputação a partir do exemplo de César Bórgia e Ramirro de Orco (seção 4.2). Ao final, realizar-se-á uma tentativa de integração do vocabulário associado à construção da imagem com o artifício do engano, para compreender qual o seu papel para Maquiavel (seção 4.3).

O objetivo deste trabalho é demonstrar que a construção da imagem do príncipe adquire um papel essencial na teoria política da obra *O Príncipe*, e que, para alcançá-la, Maquiavel aconselha o uso de artifícios retóricos, visando à conquista e manutenção do poder. O teor dessas formulações e em que medida Maquiavel inova ao fazê-lo, é o que se verá na sequência.

## 2 O PRÍNCIPE E A TRADIÇÃO

A relação entre Maquiavel e a Retórica já foi largamente discutida<sup>1</sup>, constituindo uma dentre as diversas possibilidades de interpretação de suas obras, mas em especial de *O Príncipe*. A fim de se buscar compreender tal relação mais profundamente, é necessário, antes, delinear outras questões que estão além de suas obras, como aspectos culturais e históricos da região e época em que vivia, para se entender minimamente o cenário em que seus problemas se inseriam.

A proposta, nesta seção, é fazer uma contextualização, a fim de que possamos nos aproximar do mundo de Maquiavel, para posteriormente, compreendendo um pouco mais de sua realidade, analisar a influência e a utilização da retórica em seus escritos. A primeira parte será dedicada a uma contextualização histórica (seção 2.1), ainda que o espaço não seja adequadamente suficiente, para explicitar de onde surgiram alguns aspectos da época em que *O Príncipe* foi escrito, no intuito de compreender um pouco de como a obra reflete questões da realidade do autor.

No segundo momento, a partir do que já foi trazido em relação à parte histórica, objetiva-se complementar a contextualização com alguns apontamentos sobre a cultura humanista e como ela pode ter influenciado Maquiavel (seção 2.2). Por fim, será explorada a tradição de “espelho dos príncipes”, buscando-se analisar o que é o gênero e em que sentido Maquiavel se aproxima ou se distancia dele (seção 2.3). Assim, o início do trabalho será dedicado à complementação dos pontos históricos e filosóficos relevantes que desencadearam parte do pensamento da época, na tentativa de demonstrar os motivos para certas afirmações, pontos de vista e estilos que estão presentes em *O Príncipe*.

### 2.1 UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Indispensável na busca por uma melhor compreensão da obra de Maquiavel é também entender, mesmo que em breves linhas, o contexto histórico no qual estava inserido. Pode-se dizer que os exemplos históricos constituem um importante aspecto

---

<sup>1</sup> Eugene Garver (1980), Maurizio Viroli (1998), Virginia Cox (2010) e Helton Adverse (2009) são exemplos de autores que apontam para a presença da retórica nas obras de Maquiavel.

da obra de Maquiavel<sup>2</sup>, uma vez que os utiliza a todo momento para exemplificar suas razões ao longo de sua obra:

Recorrer ao passado não era para Maquiavel uma maneira de se tornar mais culto ou erudito, mas uma forma de aprender com o exemplo dos que já haviam enfrentado o mesmo problema. O esteio de tal procedimento era a confiança de que a natureza humana é repetitiva e, portanto, pode ser analisada em qualquer tempo com as mesmas ferramentas teóricas (BIGNOTTO, 2003, p. 9).

Nota-se largo uso de fatores e personagens históricos em sua obra *O Príncipe*, como se pode observar pelo cap. XIX, em que suas considerações são permeadas por exemplos de famosos imperadores romanos, analisando retoricamente suas governanças e ações (MAQUIAVEL, XIX, l. 27ss).

Maquiavel escreve influenciado por muitas mudanças e instabilidade políticas. Enquanto outros países do ocidente europeu migraram do período medieval para monarquias unificadas, devido às suas organizações feudais, a Itália fica distante de ser uma unidade (BURCKHARDT, 1991, p. 4), e assim permanece dividida em várias cidades-estados governadas independentemente. Esse foi o motivo para que se tornasse alvo de muitos conflitos, tanto suscitados por razões de disputas de poder dentro das cidades-estados, quanto entre elas, como também por invasões de outros Estados, como França e Espanha, que já possuíam monarquias unificadas. No último capítulo de *O Príncipe*, Maquiavel constrói uma exortação pela unificação da Itália, a fim de que seja livrada das invasões estrangeiras: “É necessário, portanto, preparar-se para estas armas, para poder com a *virtù*<sup>3</sup> itálica defender-se dos estrangeiros” (MAQUIAVEL, XXVI, l. 21).

No século XV, de modo geral, pode-se assim descrever o território que hoje conhecemos por Itália:

Cinco grandes Estados “regionais”, opostos por conflitos frequentes, dominam a vida da península: o Reino de Nápoles, nas mãos dos aragoneses; os Estados Pontifícios; o Estado florentino, há decênios sob o controle da família Medici; o Ducado de Milão, e a República de Veneza. Em torno desses cinco Estados gravitam alguns Estados menores, teoricamente independentes e soberanos, mas, de fato, obrigados, para neutralizar as

<sup>2</sup> A importância do conhecimento da história na política para Maquiavel pode ser lida no proêmio do Livro Primeiro dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, do qual se destaca o seguinte trecho: “No entanto, na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios, não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos dos antigos. E creio que isso provém (...) do fato de não haver verdadeiro conhecimento das histórias, de não se extrair de sua leitura o sentido, de não se sentir nelas o sabor que têm”. (MAQUIAVEL, 2007, p. 6-7)

<sup>3</sup> Termo que será melhor aprofundado a seguir.

ambições e sobreviver, a alinhar, de acordo com seus interesses, sua política à de um ou outro de seus poderosos vizinhos (LARIVAILLE, 1988, p. 9).

Naquele tempo, Florença, onde viveu Maquiavel, era dominada há décadas pela família Médici<sup>4</sup>, ainda que formalmente fosse uma república (BIGNOTTO, 2003, p.5). A economia dessa cidade-Estado no séc. XV foi sofrendo baixas, muito devido à mudança dos bancos para outras cidades, o que também causou um comprometimento no seu poderio, sendo mais difícil politicamente manter um governo forte sem poder recorrer, como costumavam, aos impostos para financiar as diversas guerras, muito comuns no período (BIGNOTTO, 2003, p.5).

A crise política culminou com a expulsão dos Médici de Florença, em 1494, pela impossibilidade de manter o pouco equilíbrio que fora conseguido por Lourenço, o Magnífico, por meio da diplomacia, e tornou-se um território vulnerável às instabilidades dos conflitos (LARIVAILLE, 1988, p. 9). No referido ano a Itália foi invadida pelo Rei Carlos VIII da França e, Piero de Médici, que detinha o poder, abandona Florença, que fica indefesa à invasão, sendo os Médici expulsos da cidade.

Desta invasão, surge um líder que teria ajudado nas negociações de paz, um religioso e brilhante orador que se tornou a mais importante figura da cidade por anos, Jerônimo Savonarola (BIGNOTTO, 2003, p. 6-7). Esse personagem histórico será, posteriormente, mencionado por Maquiavel (VI, l. 23), em *O Príncipe*, “o qual arruinou os seus ordenamentos novos, quando a multidão começou a não acreditar nele, e ele não tinha o costume para manter firme aquilo em que haviam crido, nem para fazer crer os descrentes”. Veremos que Savonarola foi alvo de enfática crítica por Maquiavel, não por fazer uso da retórica em seus discursos e governança, mas porque tal uso não foi suficiente para mantê-lo no poder e ele não foi capaz de desenvolver outros meios<sup>5</sup>.

Maquiavel enfrenta a situação de conflitos e disputas que havia em todo território da atual Itália não apenas como cidadão de Florença, mas principalmente

---

<sup>4</sup> Larivaille explica que os Médici conseguiram o domínio de Florença sem que a forma de governo, a qual funcionava sob a imagem de uma República, fosse formalmente alterada. Demonstra como, por um sistema de influências, os Médici conseguiram, por anos, controlar a cidade-estado e as pessoas que nela detinham poder. “Ele e seus partidários preferem usar de astúcia em relação à legalidade, agir no interior das estruturas político-administrativas existentes, inaugurando um sistema de governo original que, durante várias gerações, fará dos Médici os senhores de Florença, sem que nenhum título oficial jamais venha a consagrar a supremacia de fato” (LARIVAILLE, 1988, p. 21). Para compreender melhor quanto à organização político-administrativa em Florença, a partir das magistraturas, ver Larivaille, 1988, p. 15-20.

<sup>5</sup> Esse ponto será tratado na seção 4.1 deste trabalho.

como parte do governo, quando passa a integrá-lo, uma vez que assume um cargo de secretário da segunda chancelaria após a queda de Savonarola. Nas palavras de Bignotto (2003, p. 9): “Nosso autor seria parte ativa das turbulências que continuaram a ser a marca de sua terra natal”.

Neste período, também chega a Roma o papa Alexandre VI, o qual era espanhol, e pai de César Bórgia, o Duque Valentino. O último torna-se reconhecido por suas conquistas militares, tendo conquistado várias cidades, como Ímola e Cesena. César Bórgia se torna personagem essencial nos escritos de Maquiavel, ganhando grande destaque no cap. VII de *O Príncipe*, o qual se dedica aos “principados novos que são conquistados com armas e fortuna alheias”. Maquiavel conheceu Bórgia no início do séc. XVI devido ao posto daquele no governo, quando foi enviado para buscar diplomacia em favor de Florença. O Duque estava conquistando muitos territórios e Maquiavel se dedicava a acompanhar seus passos para reportar ao governo florentino (BIGNOTTO, 2003, p. 9).

César Bórgia<sup>6</sup> torna-se o exemplo perfeito, para Maquiavel, de como possuir *virtù*, pois, ao aproximar-se dele a serviço de Florença, pôde perceber como operava diante dos Estados que conquistava e como, muitas vezes, deixava de agir com uma suposta moralidade a fim de atingir seus objetivos. *Virtù* é um termo que possui importância no vocabulário maquiaveliano, pois o autor o utiliza com significado específico, que seria algo como “agir da forma certa no momento certo”. Nas palavras de Bignotto (2003, p. 19-20):

A *virtù*, que ele evita traduzir para o italiano, para não confundi-la com as virtudes cristãs, diz respeito à capacidade do ator político de agir de maneira adequada no momento adequado. Essa maneira de apresentar o conceito pode aproximá-lo perigosamente de um outro freqüentemente usado pelos autores da Antigüidade — o de prudência. (...) A prudência, no entanto, para ficar com seu sentido mais próximo do significado que lhe atribui Aristóteles, deve ser entendida no contexto de uma ética que coloca como finalidade última de todas as ações a busca da felicidade. A *virtù* maquiaveliana não possui os mesmos objetivos.

Em diversas passagens Maquiavel utilizará esse termo, com significado específico, razão pela qual o mantém no Latim. A *virtù* é relacionada à ação, à habilidade de conseguir reconhecer e utilizar-se das oportunidades, enquanto as tradicionais virtudes, muitas das quais são citadas por Maquiavel no cap. XVIII, l. 13, são vistas por ele como “qualidades”. Pode ser considerado como um “termo técnico”,

<sup>6</sup> Personagem que será tema da seção 4.2.

essencial para a leitura de Maquiavel, assim como a *fortuna*. Este último é utilizado Maquiavel para referir às mudanças no curso da vida, como uma força que ameaça o controle que os homens têm de suas vidas:

A fortuna aparece sempre como uma força que não pode ser inteiramente dominada pelos homens. Num mundo sujeito a movimentos constantes, ela representa o elemento de imponderabilidade das coisas humanas. Os homens amam repetir seus comportamentos e se agarram à sua forma de agir, quando ela os conduz ao sucesso, mas têm muita dificuldade em reconhecer que nem toda a habilidade de um grande comandante militar ou de um príncipe é capaz de dominar todas as possibilidades contidas na história. O que Maquiavel afirma, portanto, é que, embora a natureza humana seja repetitiva e que valha a pena recorrer à história para aprender com seus exemplos, não sabemos nunca como uma determinada situação particular vai evoluir (BIGNOTTO, 2003, p. 21).

Tal explicação demonstra a importância em saber agir de acordo com as situações que se apresentam, possuir *virtù*, além do conhecimento dos fatos ocorridos, ou seja, da história, para a doutrina de Maquiavel.

Florença, por sua vez, conseguiu um período de estabilidade por aproximadamente dez anos, sob o poder do republicano Piero Soderini. No seu governo, respeitou as instituições e tinha apoio do partido popular, mas obteve também a insatisfação de seus pares. Por um trabalho advindo do exterior, do cardeal João de Médici, e também de outros seguidores da família, com a ajuda de exércitos espanhóis, permitiu-se o retorno da família Médici à cidade<sup>7</sup>, em 1512 (LARIVAILLE, 1988, p. 32).

Maquiavel, que era um dos conselheiros de Soderini e fortemente vinculado ao governo, foi preso e torturado, acusado de conspirar contra o governo que se instaurava. Quando sai da prisão, frustrado com os acontecimentos, exilou-se em uma pequena propriedade rural e, então, escreve *O Príncipe* (BIGNOTTO, 2003, p. 13).

---

<sup>7</sup> Pode ser interessante notar como o retorno dos Médici a Florença e, conseqüentemente, o retorno do regime anteriormente praticado (uma república de caráter apenas formal, como já explicitado) (LARIVAILLE, 1988, p. 33), é refletido em *O Príncipe*, obra diretamente endereçada a Lourenço de Médici, o responsável por manter a supremacia da família naquele momento. Ainda que a cidade tenha vivido o breve momento de restauração da república com Soderini, Maquiavel escreve dando ênfase aos principados e, mais especialmente, aos principados novos. Aliás, o capítulo XXVI, nomeado “Exortação para tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros”, é realizado um verdadeiro apelo para que a casa Médici tome a dianteira no movimento de unificação da Itália.

## 2.2 A CULTURA HUMANISTA

O que se pretende, nesta seção, é trazer breves considerações acerca da cultura humanista no Renascimento, de modo a esclarecer quanto a seu surgimento e evolução. Ao fim, o intuito é verificar a sua relevância para Maquiavel, no que diz respeito ao modo como foi educado e se podemos afirmar que se insere (ou não) no Humanismo a partir de elementos da própria obra.

O que se deve destacar no Humanismo é a intenção de enaltecer os conhecimentos produzidos na Antiguidade, resgatando alguns tipos de saber que foram deixados de lado na Idade Média pelo receio de estudar uma cultura considerada pagã. Burckhardt (1991, p. 123) exemplifica o a mudança no posicionamento dos estudiosos da época do renascimento em relação ao estudo do que fora produzido na Antiguidade por meio de um argumento de Boccaccio, o qual levanta o caráter desnecessário da preocupação em se estudar o paganismo, uma vez que a Igreja já o havia exterminado e, portanto, o risco seria mínimo. Assim, poderiam voltar-se ao estudo dos antigos sem medo de ferir a fé cristã.

A expressão do pensamento humanista, segundo Skinner (2017, p. 123), não pode ser reputada a um total ineditismo da época do Renascimento, mas a uma mudança que inicia na Idade Média, até chegar ao movimento conhecido por Humanismo. Essa evolução pode ser traçada retornando-se aos *dictatores* na Idade Média, professores de retórica das escolas de Direito da Itália no período medieval (SKINNER, 2017, p. 123). O ensino da retórica, por parte dos referidos professores, era dividido entre o ensino da oratória, chamada *Ars arengandi*, referente aos discursos públicos, e o ensino da técnica de escrita de cartas e documentos oficiais, chamada *Ars dictaminis* (ADVERSE, 2009, p. 121).

Quanto às aproximações entre os *dictatores* e os humanistas, Skinner (2017, p. 94) aduz:

As semelhanças mais importantes, porém, entre os *dictatores* medievais e os humanistas florentinos de inícios do século XV decorrem do rol de assuntos que eles entenderam considerar em suas obras morais e políticas. Tal como seus predecessores, os humanistas concentraram suas preocupações em torno do ideal de liberdade republicana, voltando a atenção, acima de tudo, para as ameaças que podem pairar sobre ela e para os modos como é possível garanti-la.

Em que pese a referida transição, Virginia Cox (2016, p. 49) aponta que, no final do século XIII, intelectuais da Universidade de Pádua podem ser relacionados ao

início do movimento humanista. Liderados por um juiz, Lovato Lovati, e um político e diplomata, Albertino Mussato, eles estudaram textos clássicos a fundo e tentaram produzir novos trabalhos reproduzindo os passos encontrados nos textos antigos, escrevendo em Latim. Burckhardt (1991, p. 122), por sua vez, aponta Dante como o primeiro a projetar a Antiguidade para a cultura italiana, muitas vezes fornecendo diferentes pontos de vista, pagão e cristão, para o mesmo fato, já que em sua obra, *Divina Comédia*, traria mundo antigo e cristão como se fossem universos paralelos.

Também no Humanismo destacou-se Petrarca, que trouxe as raízes do mundo antigo para a poesia, e era considerado na época representante da Antiguidade, pois despendia esforços para tornar a cultura antiga conhecida (BURCKHARDT, 1991, p. 122). Boccaccio, por sua vez, redigiu um manual para a mitologia clássica, defendendo a leitura da poesia pagã<sup>8</sup>, em um movimento contrário ao medieval (COX, 2016, p. 50-51). Ressalta-se também um importante acontecimento para que se fortalecesse e difundisse o Humanismo, a partir da segunda metade do séc. XV, que foi a tradução de todas as obras de Platão por Marsílio Ficino (BIGNOTTO, 2003, p. 5).

Para uma caracterização um pouco mais objetiva dos humanistas, pode-se defini-los como “(...) certos homens letrados (em geral professores universitários e de nível secundário, assim como chanceleres e secretários das cidades italianas do Renascimento (...))” (ADVERSE, 2009, p. 120), de onde se denota a conexão do movimento humanista ao ensino na época, de forma que as pessoas economicamente mais abastadas geralmente recebiam uma educação humanista<sup>9</sup>.

Assim, percebe-se a importância desse movimento ocorrido em um lugar que passava por tanta instabilidade e mudanças, mas que encontrou a possibilidade de renovar suas bases e teorias pelos estudos dos clássicos da Antiguidade. Os conteúdos estudados no Humanismo foram uma oportunidade para o resgate e elevação da retórica, distanciando-se do modelo praticado no medieval, tão restrito às academias e à forma lógica.

<sup>8</sup> Cox (2016, p. 50-51) ainda aponta para o fato de que a leitura da poesia pagã, na visão de Boccaccio, poderia dar a impressão, para um cristão, de que os textos tratariam meramente de invenções.

<sup>9</sup> Em nota, Adverse (2009, p. 120n10), amplia o esclarecimento de que, embora o significado do termo “humanista” não seja um consenso entre os historiadores, sua utilização ainda está muito vinculada aos estudantes e professores universitários da área das humanidades (mas não se restringindo à vinculação universitária), sendo que sua consolidação dentro do ensino universitário se deu apenas a partir do século XV.



Além do mais, distanciando-se da concepção retórica escolástica e condenando a predominância da lógica, os humanistas propuseram um novo sistema educacional (os *studia humanitatis*) que privilegiava a literatura clássica e transformava a retórica na “principal arte do discurso”, mas de um discurso que deve ter efetividade na vida prática, isto é, na política (é bom lembrar que o aparecimento dessa classe de “homens de letras” deve-se primeiramente às necessidades de administração e comércio das cidades-estados do norte da Itália). (ADVERSE, 2009, p. 122).

Portanto, a retórica ganha espaço na formação das pessoas, as quais estarão diretamente ligadas à vida pública e política. Na verdade, é possível dizer que essa era uma preocupação, inclusive para a formação humanista: “Essa maneira de encarar as coisas era típica do humanista renascentista, que via na participação na vida da cidade uma expressão natural de suas convicções éticas” (BIGNOTTO, 1996, p. 184). O Humanismo pode ser encarado não apenas como um movimento intelectual no período renascentista, mas também como um movimento de formação das pessoas, em especial para o ingresso na vida política<sup>10</sup>. E essa mudança é diretamente relacionada à retórica: “Neste contexto, a valorização da retórica é concomitante ao novo *status* concedido à *vita activa*. Isso significa que a retórica parece recuperar a proeminência política que lhe fora concedida na Antigüidade e negada durante a Idade Média” (ADVERSE, 2010, p. 28) (*grifos do autor*).

Na segunda metade do séc. XIV houve um fortalecimento e expansão do Humanismo, o que desencadeou buscas e estudo de obras antigas até então desconhecidas, em especial de Cícero, sob influência de Petrarca (SKINNER, 2017, p.105-106). Essa evolução do movimento buscará mais profundamente influenciar na formação do cidadão como um todo. Isso deve-se a uma interpretação dos ideais de educação ciceronianos por Petrarca, ou seja, à necessidade de produzir indivíduos com grandes conhecimentos e capacidades técnicas relacionadas à retórica e à oratória, mas que também sejam homens virtuosos:

A meta da educação - assim a definiu Cícero nas *Disputações tuscultas* - não se resume em produzir um homem com uma certa amplidão de capacidades técnicas, nem sequer um homem capaz de atingir todas as virtudes e “estados espirituais adequados”. A sua ambição antes deve ser a de cultivar “a virtude única” (*virtus*) que, sabe-se, “eclipsa tudo o mais”. Cícero chega mesmo a afirmar que “é da palavra homem (*vir*) que deriva a palavra virtude (*virtus*). (SKINNER, 2017, p. 108).

<sup>10</sup> Skinner (2017, p. 91-94) aponta para um fenômeno ocorrido em Florença no séc. XV, que seria decorrente de questões políticas, pois à beira de eminentes ataques externos, os quais ameaçariam sua liberdade, os intelectuais de Florença passaram a ter muito interesse na vida pública. Isso teve efeitos na evolução do humanismo naquele lugar, sendo que o grande engajamento político dos humanistas fez com que fosse chamado “humanismo cívico”.

E essa formação do homem, obtida a partir do estudo dos clássicos na área da filosofia e retórica, a fim de educá-lo nas suas habilidades e influir na construção de suas virtudes, buscando a formação de tal “virtude única”, tinha o objetivo de contribuir também para que os indivíduos pudessem adentrar na vida pública (SKINNER, 2017, p. 109). Ganha espaço a cultura humanista, principalmente refletida pelo fato de que a nova organização política das cidades-estados demandava esse tipo de conhecimento técnico no uso das palavras. O maior exemplo dessa necessidade em Florença, cidade de Maquiavel, era a ocorrência das *pratiche*, assembleias políticas consultivas em que o uso da retórica e da oratória ganhavam expressão (ADVERSE, 2009, p. 123).

Em Florença, o desenvolvimento do Humanismo renascentista tornou-se notável no campo filosófico e político, de modo que os estudiosos do período se questionam quanto aos motivos para isso. A interpretação que mereceu maior destaque, segundo Skinner (2017, p. 91), é a de Hans Baron, e reputa a guinada política à necessidade de que os florentinos lutassem por sua liberdade, em grande parte devido aos ataques de tiranos que pretendiam tomá-la<sup>11</sup>. Mas, em contraponto, Skinner (2017, p. 93) alerta para a ausência de inovação nos ideais, pois eram comuns nas demais cidades-estados republicanas da península itálica, e ainda:

O outro problema é que, enfatizando as qualidades específicas do humanismo “cívico”, Baron também deixou de considerar a natureza dos elos que havia entre os escritores florentinos de inícios do Quatrocentos e o movimento, mais amplo, do humanismo petrarquiano, que já se desenvolvera no correr do século XIV (SKINNER, 2017, p. 93).

É possível verificar, portanto, como o Humanismo se desenvolveu na cidade-estado onde vivia Maquiavel, independentemente de determinar-se se isso ocorreu ou não por influência das invasões, mas aliando-se à herança deixada pelos demais humanistas que já vinham desenvolvendo o movimento. E, vivendo nesse contexto, Maquiavel também foi exposto ao Humanismo. A relação de Maquiavel com o movimento humanista começou cedo, embora não gozasse dos luxos de uma família aristocrata, teve também uma educação humanista, aos padrões da época:

Maquiavel não pertencia à aristocracia florentina, embora sua família estivesse entre as mais antigas da cidade. (...) Na casa de Maquiavel o grande luxo eram os volumes de Tito Lívio, historiador romano que era uma referência obrigatória para todos os jovens que se iniciavam no movimento

<sup>11</sup> O contexto era de ataques militares, partidos de Milão, liderados por Giangaleazzo Visconti, em 1402, e após por seu filho, em 1423 (SKINNER, 2017, p. 91).

humanista que imperava no período. Mesmo não recebendo a educação dos que pertenciam à classe dominante na cidade, nosso autor pôde contar com a ajuda de um preceptor e começar ainda menino a leitura dos clássicos latinos e o estudo das outras disciplinas das humanidades que o acompanhariam durante toda sua existência. (BIGNOTTO, 2003, p. 6).

E, devido a isso, Maquiavel teve uma aproximação com a vida política, frequentando os círculos sociais na época do governo de Savonarola e, com a queda do último, sendo chamado a integrar o novo governo na qualidade de secretário da segunda chancelaria, ressaltando-se que os escritos que produziu nesse cargo foram muito bem vistos em Florença (BIGNOTTO, 2003, p. 8-9).

Com o passar dos anos, e com a grande difusão da cultura humanista na Itália, muitos conceitos relativos à retórica foram sofrendo mudanças, o que permitiu a criação de correntes diversas dentro desse movimento e até conflitantes entre si. Como exemplo, Adverse (2009, p. 142) aponta que, na época de Maquiavel, existiu uma corrente de interpretação ao clássico de autoria desconhecida, *Retórica a Herênio*, que defendia o uso da fraude e força para buscar realizações dentro da política, influenciados pela violência que acometia a realidade em que viviam e que constituía um contraponto ao modelo ciceroniano, sendo que muitos autores inserem Maquiavel dentro dessa crítica.

A reação de Maquiavel ao Humanismo é ainda vista de maneira diversa pelos autores. Skinner (2017, p. 142) é um dos autores que situa Maquiavel dentro da tradição humanista, afirmando que reproduz em *O Príncipe* as mesmas doutrinas e virtudes encontradas nas demais obras humanistas. O autor possui o cuidado, contudo, de ressaltar a existência de críticas ao Humanismo por Maquiavel, as quais pontualmente analisa (SKINNER, 2017, p.149-159). Trazemos como exemplo das críticas elencadas: a importância dada por Maquiavel ao uso da força militar como recurso complementar à persuasão (SKINNER, 2017, p. 150); e também o conceito de *virtù*, particular a Maquiavel (SKINNER, 2017, P. 159).

Não se pode divorciar Maquiavel da tradição humanista em alguns aspectos, pois teve uma educação humanista desde tenra idade. Seus textos o denunciam nesse aspecto, ainda que, retoricamente, negue isso em algumas passagens, como no exemplo da l. 4 da carta dedicatória de *O Príncipe*: “Obra a qual eu não adornei e nem preenchi de períodos longos ou palavras empoladas e magníficas, ou qualquer outro enfeite ou ornamento extrínseco, com os quais comumente muitos descrevem e adornam as suas coisas (...)”.

Mas há interpretações que demonstram a crítica, e até mesmo ruptura de Maquiavel com o Humanismo. Lefort (2012, p. 166) defende o rompimento de Maquiavel com o Humanismo clássico e sua argumentação parte da posição completamente antagônica a Cícero que Maquiavel adota no cap. XVIII, l. 2 e seguintes (MAQUIAVEL, XVIII, l. 2). Cícero (1999, p. 24) escreve em *Dos Deveres* que:

Como, porém, a injustiça se pratica de dois modos, isto é, por violência ou por fraude, esta parece própria da raposa, aquela do leão. Uma e outra são sem dúvida alheias ao homem, mas a fraude é mais odiosa. E de todas as formas de injustiça, nenhuma há mais criminosa do que a praticada por aqueles que, enganando ao máximo, fazem-se passar por homens de bem.

É nítida a oposição a Cícero que Maquiavel pretende firmar com o que apresenta em *O Príncipe*, pois utiliza a mesma metáfora com a qual Cícero busca caracterizar a injustiça, a do o leão e a raposa como formas da violência e fraude, contudo, com sentido contrário. A metáfora adaptada de Maquiavel será estudada com mais profundidade nas seções seguintes, mas podemos adiantar que o florentino demonstra não se filiar à posição de Cícero, de que a violência e a fraude são as faces da injustiça. Pelo contrário, afirma que, para a manutenção e conquista do poder, a fraude<sup>12</sup> e a violência podem ser ferramentas das quais se deve dispor, se necessário.

Adverse (2009, p. 142) afirma que na própria Renascença já houve espaços para a crítica à tradição humanista e à retórica clássica desenvolvida por Cícero, e seria possível inserir Maquiavel no interior dessa crítica. É possível, ao longo da obra, encontrar outras passagens em que Maquiavel se posiciona de modo a distanciar-se do que era produzido até então. Em uma dessas passagens, no início do Cap. XV, é como se o autor declarasse o seu afastamento da tradição humanista que até então existia:

E porque sei que muitos escreveram sobre isso, temo, escrevendo eu também, ser considerado presunçoso, sobretudo porque, ao debater essa matéria, afasto-me do modo de raciocinar dos outros. Mas sendo a minha intenção escrever coisa útil a quem escute, pareceu-me mais convincente ir direto à verdade efetiva da coisa do que à imaginação dessa. E muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade. Porque há tanta diferença entre como se vive e como

<sup>12</sup> Maquiavel utiliza no cap. XVIII o termo “astúcia” ao invés de fraude, mas compreendemos que possuem significados intercambiáveis no presente contexto, já que há apenas uma ocorrência do termo “fraude” em toda obra *O Príncipe*, qual seja, a do cap. VII, l. 43, que é contraposta à força (“vencer pela força ou pela fraude”). Tal menção sugere a relação entre o leão e a raposa do cap. XVIII, ou força (em sentido estrito) e astúcia (que não é mais referida como fraude), e que se encontram dentro da força (em sentido amplo), a qual se opõe às leis (MAQUIAVEL, XVIII, l. 2).

se deveria viver, que quem deixa aquele e segue o que se deveria fazer apreende<sup>13</sup> mais rapidamente a sua ruína que a sua preservação: porque um homem que deseja ser bom em todas as situações é inevitável que se destrua entre tantos que não são bons. (MAQUIAVEL, XV, l. 2).

O referido trecho possui várias características que permitem interpretar essa decisão de Maquiavel. A primeira delas está expressa: “afasto-me do modo de raciocinar”, pretende se distanciar do que muitos escreveram até então sobre o assunto e da tradição que o cerca. A continuação tem tom de crítica, já que a intenção de escrever coisa útil pode indicar que o que os outros escreveram não é útil, considerando que pretende trabalhar com a realidade, não imaginar lugares fantasiosos, pois muitas das obras de política estudadas na época se baseavam em contexto idealístico, em especial *A República*, de Platão. E, por fim, outro aspecto que definitivamente o desloca da posição ciceroniana, e que pode ser considerada como um rompimento com essa tradição: a enorme diferença entre ideal e realidade acarreta que um príncipe necessite saber ser ou não ser bom conforme a necessidade. Não correspondendo, assim, àquele ideal de “virtude única”, já citada, pois seria essa a única forma de se manter no poder entre tantos homens que não são bons.

### 2.3 O ESPELHO DOS PRÍNCIPES

Maquiavel escreve *O Príncipe* após todos os acontecimentos que culminaram com a queda de Soderini e o retorno dos Médici a Florença, após ter sido preso e torturado, retirar-se em sua pequena propriedade rural e afastar-se de qualquer cargo que pudesse ter no governo (BIGNOTTO, 2003, p. 13). Portanto, essa é uma obra que nasce depois de um período de desapontamento de Maquiavel, em que perde o cargo que possuía, que lhe trouxe muitas experiências e, sob a perspectiva de voltar a ser parte do governo, busca elencar todo o conhecimento obtido nesse livro<sup>14</sup>. Skinner ainda acrescenta, sobre os objetivos de Maquiavel:

Precisava conquistar as boas graças dos novos senhores da cidade com a maior urgência, e com algum otimismo esperava (como se evidencia das cartas que então escrevia a Vettori), caso conseguisse persuadir os Medici a ler seu livro, que lhe fosse facultado voltar ao ofício público, como tanto queria. O livro fracassou nesse propósito, mas, enquanto contribuição ao

<sup>13</sup> O tradutor opta pelo vocábulo “apreende”, ao passo que optamos por “aprende” [impara].

<sup>14</sup> Tal interpretação pode ser depreendida da carta de Maquiavel a Francesco Vettori, de 10 de dezembro de 1513 (MAQUIAVEL, 1996, p. 142).

gênero literário dos livros de conselhos para príncipes, teve um sucesso tão grande que revolucionou o próprio gênero. (SKINNER, 2017, p. 139).

O estilo utilizado é baseado em um gênero conhecido como “espelhos dos príncipes”, que buscava direcionar os conselhos aos governantes, prática utilizada desde a Idade Média, mas que muito se concentrava no aconselhamento moral, a fim de que os Príncipes pudessem se espelhar e aprender mais sobre as virtudes cristãs e sobre eles mesmos, visando tornarem-se melhores líderes (BIGNOTTO, 2003, 13-14). Conforme a citação acima, ainda que Maquiavel tenha pretendido utilizar essa forma, dedicando sua obra a Lourenço de Médici, acaba revolucionando até esse gênero, já que diverge quanto aos conselhos comumente dados, principalmente no que tange às virtudes como qualidades indispensáveis do príncipe.

Sobre o gênero em si, sabe-se que possuía já na época raízes seculares, e se baseava, metaforicamente, na ideia de que um príncipe se espelhasse em bons conselhos, com o intuito de bem governar:

Nada havia de novo na ideia de oferecer conselhos práticos aos dirigentes políticos, explicando-lhes como conduzir a coisa pública. Séculos antes, já era esse o objetivo da tradição de livros de aconselhamento apresentados aos *podestà* e aos magistrados urbanos, e essa tradição, por sua vez, se enraizava na ideia ainda mais antiga de se estender um “espelho” aos príncipes, oferecendo-lhes dessa forma uma imagem ideal e pedindo-lhes que nela procurassem divisar o seu reflexo. (SKINNER, 2017, p. 139).

Sua origem em livros de aconselhamento para os *podestà*<sup>15</sup> e magistrados está diretamente ligada à já mencionada prática da *Ars dictaminis*, a expressão retórica escrita, somada à influência das tentativas de imitar autores clássicos (SKINNER, 2017, p. 56-57). Com a evolução que resultou no gênero de “espelho dos príncipes”, os escritos consistiam, basicamente, em livros de elogio<sup>16</sup>, com forte carga moral, pois se dedicavam a explanar sobre as virtudes que deveria possuir o príncipe.

Conforme mencionado na seção anterior, Maquiavel recebeu uma educação humanista, o que envolvia o estudo desses tratados escritos pelos humanistas do século anterior, os quais buscavam mostrar um “espelho do príncipe legítimo”, reforçando-se seu caráter hereditário ou natural, e teria sido contra esse tipo de

<sup>15</sup> Funcionário eleito para governar as cidades-estado republicanas, normalmente oriundo de outra cidade, que possuía sobre a cidade o poder supremo, *potestas* (SKINNER, 2017, p. 25).

<sup>16</sup> Cox ressalta tal característica como pertencente ao gênero da retórica clássica do elogio, a retórica demonstrativa: “Humanist advice books for princes reflect this dynamic, being typically framed according to the canons of demonstrative rhetoric. Rather than genuinely advising (the task of deliberative rhetoric), such advice books set themselves the task of reaffirming societal values through the practice of praise and blame, following classical prescriptions for the demonstrative genre” (COX, 2010, p. 178).

literatura que *O Príncipe* se insurgiria (VATTER, 2013, p. 17). Maquiavel escreve utilizando a forma do gênero de “espelho dos príncipes”, ainda que se afaste dele na sua essência, buscando atrair a atenção de quem estava no poder, a fim de tentar provar que ainda poderia se fazer útil por sua experiência (BIGNOTTO, 2003, p. 14). Ou seja, se o formato escolhido para a obra fora a do tão conhecido gênero, famoso por ser direcionado aos príncipes, o conteúdo em muito diferia.

Em diversas passagens da obra podemos perceber a influência do gênero tratado. A carta dedicatória é um belo exemplo de exposição da intenção do autor, onde comenta dos muitos presentes que costumeiramente são dados para agradar a um príncipe, mas no seu caso, diz não possuir nada tão importante para presentear quanto o próprio conhecimento, obtido ao longo dos anos de serviço público. Afirma na l. 2 da carta ter elencado na obra entregue como presente o seu aprendizado sobre o que acontecia em seu tempo e nos tempos anteriores, inclusive os feitos dos grandes homens.

No último capítulo também se pode observar o apelo ao estilo das obras de conselhos aos príncipes, pois literalmente representa uma exortação, direcionada ao governante de Florença, pretendo novo príncipe para a sugerida unificação da Itália: “Nem se vê, no presente, em que ela possa mais esperar senão na ilustre casa vossa, que – com a sua fortuna e *virtù*, favorecida por Deus e pela Igreja, da qual agora é o príncipe – pode tornar-se chefe desta redenção” (MAQUIAVEL, XXVI, l. 8). Observa-se uma espécie de conversa com o príncipe, na qual estão presentes o elogio e a exaltação às qualidades consideradas importantes pelo autor.

Por outro lado, afasta-se do conteúdo encontrado nas obras de espelho dos príncipes, já que as ações elogiadas por Maquiavel são buscadas nos exemplos dos personagens históricos, mais uma vez valorizando o fator histórico como método argumentativo. Aliás, as virtudes cristãs, exaltadas nas demais obras de conselhos, nas quais é sugerido que sejam sempre visadas, não são o principal foco de Maquiavel. Pelo contrário, ainda que Maquiavel admita o uso dessas virtudes no exercício da governança, ele defende que o príncipe deve saber contrariá-las, pois se as observá-las *sempre*, serão prejudiciais (MAQUIAVEL, XVIII, l. 13).

A tradição de espelho dos príncipes, caracterizada pela importância que dá às virtudes e à lei natural, a ponto de servir de fundamento para o governo efetivo, contrasta com os escritos de Maquiavel, pois o autor expõe a natureza do poder político, como ele é de fato, a partir de uma abordagem retórica (KAHN, 1994, p. 113).

Ressalta-se que as obras de espelhos não deixam de estar impregnadas de aplicação da retórica, pois parte significativa dessa tradição se desenvolveu no contexto humanista. A grande diferença dessas obras para *O Príncipe*, e a que mais nos interessa, é que a retórica deixa de ser apenas utilizada na estrutura e argumentação, mas possui uma relevância intrínseca, no que tange ao conteúdo da obra. É possível perceber que Maquiavel busca mostrar em seus textos<sup>17</sup> que o argumento retórico é chave para se criar a autoridade, e para isso faz uso dos recursos que provêm os termos “reputação”, “espetáculo”, “força” e “fraude” (KAHN, 1994, p. 113), os quais farão parte do nosso estudo nas duas próximas seções.

Nessa seção foi possível observar o contexto em que vivia Maquiavel, com toda a instabilidade de Florença, e seu cargo no governo, que fora perdido e buscava recuperar. Discorreu-se quanto ao desenvolvimento do Humanismo, bem como sua caracterização, e o gênero de espelhos dos príncipes. Percebe-se que Maquiavel escreve *O Príncipe* como uma possível solução à instabilidade pessoal em que vive, e que, nesse contexto, faz uso da retórica e usa o modelo dos espelhos, formas que encontra de buscar chamar a atenção para o que tem a dizer e como pode contribuir para Florença e a possível unificação da Itália. Na seção seguinte, veremos um pouco do conteúdo da obra, para que se possa compreender de que forma a retórica será sugerida como uma ferramenta para a conquista e manutenção do poder, e como se expressará no modo de construção da imagem, bem como sua relação com o uso da força.

---

<sup>17</sup> Kahn (1994, p. 113) defende que podemos obter tal conclusão das obras *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, dentre outros textos de Maquiavel, mas nos debruçaremos apenas em *O Príncipe*.



### 3 A RETÓRICA DO PRÍNCIPE

Maquiavel dedica *O Príncipe* a Lourenço de Médici, Duque de Urbino e governante de Florença na época, podendo a obra ser vista como uma espécie de manual que buscava instruir como um príncipe precisaria se comportar e agir para conquistar e manter o estado. A obra descreve com mais vagar os principados novos, não se estendendo muito quanto aos principados antigos ou hereditários, que são o tema do cap. II, ao passo que praticamente ignora as repúblicas. O motivo para isso poderia ser interpretado conforme a suposta intenção do autor<sup>18</sup>, já que o último capítulo de *O Príncipe*, intitulado “Exortação para tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros” é visto como um apelo pela unificação da Itália. A unificação pelas mãos de Lourenço, caso ocorresse, poderia fazer com que ele fosse tomado como um príncipe novo na maior parte do território, além do que já era, o príncipe hereditário de Florença. Portanto, as recomendações ao príncipe presentes na obra se inserem nesse contexto de conquista e instituição de um estado novo, feito que, para Maquiavel, poderia ser levado a cabo por Lourenço e sua família.

Dentre as diversas prescrições de Maquiavel na obra, chama a atenção a importância que ele dá à construção e preservação da imagem do príncipe como um dos meios de conquista e manutenção do poder, tanto que utiliza os capítulos de XV a XXI para dar ênfase ao tema. A imagem representa um artifício essencial para que o príncipe se resguarde de certas ameaças que possam surgir decorrentes de uma má reputação. Uma perspectiva que se pode ter sobre o seu papel como uma ferramenta para o poder é que ela pode ser construída, e nesse ponto encontramos a conexão com a retórica. E o resultado dessa construção, quando bem realizada, é o que Maquiavel chama de *reputação*<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Há autores, como Rousseau (WARD, 2011), que discordam dessa posição de que Maquiavel tenha uma intenção literal ao inserir a exortação e a dedicação para Lourenço de Médici, pois defendem que seu ideal era republicano e a obra teria sido escrita para circular nas mãos do povo, sendo que as referidas passagens consistiriam em um meio de esconder sua verdadeira intenção. Contudo, tal interpretação não será prestigiada neste trabalho por entendermos que exigiria argumentações encontradas em outras obras e correspondências de Maquiavel, indo além do que se pretende analisar, que é *O Príncipe*.

<sup>19</sup> Reputação é um termo muito utilizado na obra, e as passagens como a do cap. III: “Conquistada, portanto, a Lombardia, o rei recuperou imediatamente aquela reputação que Carlos Ihe tinha tirado (...)” (MAQUIAVEL, III, l. 34), duas do cap. VII: “Este em pouco tempo a tornou pacífica e unida, com máxima reputação” (MAQUIAVEL, VII, l. 25), e também: “Se César Bórgia o tivesse conseguido – e teria conseguido no mesmo ano que Alexandre morreu –, teria conquistado tanta força e tanta reputação que por si mesmo ter-se-ia mantido e não mais seria dependente da fortuna e força dos outros, mas de

Para melhor compreender como Maquiavel se posiciona em relação à construção da imagem do governante em *O Príncipe*, inicialmente será analisada a importância do “parecer” e como isso repercute na realidade para a defesa e conquista de um estado, a partir da contribuição da *virtù* (seção 3.1). Em seguida, serão abordados os riscos à reputação, em como não ser odiado e desprezado, distinguindo-se o que pode ser tomado como vício que cause apenas prejuízo à reputação e o que pode arriscar o estado (seção 3.2). Por fim, será tratada a relação da astúcia com a força a partir da metáfora do leão e da raposa, buscando-se entender um outro plano da construção de imagem que, à primeira vista, poderia não ser identificado com ela (seção 3.3).

### 3.1 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM: O PARECER

A pedra de toque da construção da imagem em *O Príncipe* se dá a partir de um dos pontos que é reconhecido como um dos mais polêmicos da obra, o *parecer*<sup>20</sup>. No capítulo XVIII, Maquiavel afirma:

A um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as sobreditas qualidades, mas é muito necessário parecer tê-las; assim, ousarei dizer isto: que, tendo-as e observando-as sempre serão danosas, e parecendo tê-las são úteis; como parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo: mas estar com o ânimo predisposto para que, necessitando não sê-lo, tu possas e saibas ser o contrário (MAQUIAVEL, 2010, p. 179-181, XVIII, l. 13).

A partir dessa passagem e outras<sup>21</sup> que, no mesmo sentido, abordam a necessidade de que o príncipe *pareça* ter certas qualidades e não que realmente as tenha, surgiram interpretações e críticas<sup>22</sup>. Para Virginia Cox (2010, p. 183) essa ênfase dada por Maquiavel ao *parecer* no cap. XVIII representa um ponto chave para

---

la sua potência e sua *virtù*” (MAQUIAVEL, VII, l. 37), demonstram que a reputação é ligada a uma boa imagem, e pode ter gradações, pode ser perdida e recuperada, e que é suscetível à modificação por meio de ações e eventos ocorridos.

<sup>20</sup> A tradução utilizada de *O Príncipe*, de José Antonio Martins, utiliza o vocábulo “parecer” neste contexto. Por outro lado, uma das obras de referência, de Helton Adverse (2009), escolhe a palavra “aparência” para guiar esse contexto: “Ele utiliza ainda, com muita frequência, termos que podemos facilmente colocar em relação com os primeiros: *simulação, dissimulação, engano, reputação, fama, infâmia, glória, renome, espetáculo* e outros mais. (...) Todas gravitam em torno da *aparência*, que as ilumina como um sol e lhes confere inteligibilidade” (ADVERSE, 2009, p. 33) (*grifos do autor*). Ainda que utilizemos ambas as palavras indiscriminadamente, o vocábulo “parecer” será priorizado.

<sup>21</sup> Para exemplificar, podemos citar as passagens: também do cap. XVIII (MAQUIAVEL, XVIII, l. 17), e a passagem do cap. XIX (MAQUIAVEL, XIX, l. 4).

<sup>22</sup> Críticas como a de STRAUSS (1958, p. 67-68), que exalta em sua interpretação de Maquiavel o uso da crueldade, afirmando que Maquiavel era um homem mau que queria ensinar aos príncipes.

poder relacionar o príncipe a um orador, considerando que a construção do *ethos*<sup>23</sup> seria um dos fatores mais importantes no convencimento para a retórica clássica. Adverse (2009, p. 61) corrobora essa posição, defendendo que a manutenção do poder passa pelo que chama de “assentimento dos membros da comunidade política” e que isso é obtido por meio da persuasão relacionada à imagem, o que pode ser compreendido como o *ethos* do ator político.

Além desse posicionamento retórico do príncipe, sugerido por Maquiavel, é necessário também atentar para o conteúdo da supracitada passagem do cap. XVIII. A passagem inova ao propor que se *aparente* possuir qualidades ao invés de as observá-las em todos os momentos, como se poderia supostamente esperar de um autor educado na tradição humanista. As qualidades a que Maquiavel que se refere são citadas mais de uma vez na obra, mas em um momento ele parece resumi-las em apenas um conselho diretamente relacionado à aparência, ou seja, como o príncipe deve parecer aos olhos de todos:

Deve, pois, um príncipe, ter grande cuidado para que não lhe saia jamais da boca uma coisa que não seja plena das cinco sobreditas qualidades; e que pareça, ao vê-lo e escutá-lo, todo piedade, todo empenho à palavra dada, todo integridade, todo humanidade, todo religião; e não há coisa mais necessária de se parecer ter do que esta última qualidade. (MAQUIAVEL, XVIII, l. 16).

Tal passagem apresenta uma visão geral da imagem que se espera de um príncipe, ao contrário de outras passagens que mencionam características específicas, como “feroz e animoso” e “sério” (MAQUIAVEL, XV, l. 9). Uma situação curiosa é a de que a imagem do príncipe deve ser construída e mantida em relação a todos<sup>24</sup>, uma vez que “jamais” deve lhe escapar à boca algo que contrarie essa imagem. O *ethos* que propõe aqui tem em vista qualquer pessoa, não prevendo uma exceção em que a imagem pudesse ser abandonada, ainda que Maquiavel admita ações que não condigam com ela, devendo-se mantê-la, como quando sugere o uso da natureza humana associada à raposa: “Mas é necessário saber mascarar essa natureza e ser grande simulador e dissimulador” (MAQUIAVEL, XVIII, l. 11).

<sup>23</sup> *Ethos* é um termo que remonta à Retórica de Aristóteles e consiste em como os ouvintes percebem o orador, ou seja, a impressão que o orador transmite aos ouvintes. “Muito conta para a persuasão, sobretudo nas deliberações e, naturalmente, nos processos judiciais, a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito em relação ao orador” (ARISTÓTELES, *Ret.*, II, 1, 1377b28)

<sup>24</sup> Maquiavel se refere à “universalidade dos homens” [*universalità delli uomini*] (MAQUIAVEL, XIX, l. 3) ao se referir às pessoas em geral.

Lembra-se que Maquiavel está preocupado com a utilidade da ação política, conforme expressa no cap. XV: “Mas, sendo a minha intenção escrever coisa útil a quem escute, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade efetiva da coisa do que à imaginação dessa” (MAQUIAVEL, XV, l. 3). Esse trecho já foi mencionado na seção anterior e é muito importante para a interpretação da obra como um todo, pois cria uma cisão entre o que é ideal e o que é real, inserindo a ação política no segundo caso.

A utilização dessa expressão “verdade efetiva da coisa”, ou, no original, “*verità effettuale della cosa*” indica a abordagem escolhida por Maquiavel na obra, em especial nos capítulos que se seguem à passagem. Essas palavras fortalecem sua pretensão de falar sobre as coisas que viu acontecer e que se sabe terem acontecido por meio do recurso histórico que utiliza. Além disso, pretende teorizar de maneira não ficcional e não utópica, pelo contrário, pretende dar sugestões úteis sobre coisas possíveis dentro da política que se apresentava na época. Lefort (2012, p. 93) interpreta mais além, referindo-se a essa passagem como a intenção de Maquiavel apresentar um “discurso verdadeiro” sobre o que outros preferiram silenciar, relacionando-a à proposta de que o príncipe realize o que homens comuns não conseguiriam. Ou seja, o esforço de Maquiavel para apresentar uma teoria que funcione na realidade exige que o príncipe também realize um esforço para que a coloque em prática.

Para o ponto que nos interessa, deve-se destacar que “o conhecimento da *verdade efetiva* é o saber da aparência e de como ela se produz, o saber do resultado da ação e de sua causa” (ADVERSE, 2009, p. 37) (*grifos do autor*). O fato de que a ação política esteja situada no âmbito do que é real, que as ponderações de Maquiavel sejam explicitadas tendo em vista o que ele historicamente pôde observar ter ocorrido na realidade, não significa ignorar completamente o lado imaginativo. Deve-se dar atenção ao imaginário<sup>25</sup> dos súditos, e isso é estreitamente conectado com o termo que aqui se destaca, o *parecer*. Nesse sentido, percebemos que Maquiavel possui uma intenção específica: ao aconselhar os príncipes, entende que as ações deles não devem ser inspiradas em conselhos de governos ideais, que não são fundados na

<sup>25</sup> O termo é adotado por Lefort (2012, p. 189), que reconhece um imaginário da sociedade em relação ao príncipe: “The prince embodies the imaginary that has been assigned to him by his function in society, but at the same time *he is caught up in it*, he is this desire for power and glory into which the desire of his subjects is metamorphosed” (*grifos do autor*).

realidade e não garantirão o poder; por outro lado, entende que o real pode exercer controle sobre o imaginário relativamente à relação com os súditos, e que o príncipe deve fazer uso desse fato em seu favor, no que toca ao *parecer*.

A necessidade de se concentrar no âmbito das aparências é explicada por Maquiavel também no cap. XVIII, em um dos trechos da obra em que há uma generalização que busca marcar uma espécie de regra geral de comportamento detectada pelo autor:

Os homens, em geral, julgam mais com os olhos do que com as mãos, mais pelas aparências, porque se veem todos e se conhecem poucos; todos veem aquilo que tu pareces ser, poucos conhecem aquilo que tu és, e aqueles poucos não se atrevem a opor-se à opinião dos muitos que têm o poder do Estado para os defender (...). (MAQUIAVEL, XVIII, l. 17).

Destaca-se a afirmação de que geralmente as pessoas (“os homens”) formariam o seu juízo a partir do que veem, das aparências que se apresentam a elas, ao invés de buscar realmente conhecer. Assim, conhecer o príncipe é uma oportunidade que se dá a poucos, e esses, sendo poucos, não se insurgirão contra a opinião<sup>26</sup> do apoio de muitos que se construiu por meio da aparência. Ainda que esses muitos elaborem seu juízo pelos olhos, o príncipe não pode limitar-se a fazer o mesmo, devendo formar seu juízo pelas mãos, ou seja, ir além do juízo da aparência e, pelo tocar, “encontra-se de posse do saber daquilo que produz a aparência e, assim, torna-se capaz de produzir os efeitos da aparência que, como veremos, é seu modo próprio de atuação” (ADVERSE, 2009, p. 36).

Também merece atenção o fato de que Maquiavel defende a necessidade de construção de imagem, a fim de que pareça ter as qualidades que se espera de um príncipe, ainda que afirme a necessidade de agir contrariamente a elas, quando preciso. Nesse ponto, Maquiavel se afasta das tradições humanista e de espelhos dos príncipes, as quais determinavam que as virtudes cristãs deveriam ser observadas em todos os momentos. No entanto, ele estimula que o príncipe não se distancie do bem, com ressalva: quando puder. Mas isso não pode ser uma regra impossível de ser

<sup>26</sup> A formação da opinião, nesse caso, remete ao conceito de *doxa*. “Podemos nos dar conta, então, de que o poder e o discurso têm a mesma origem, ambos estão enraizados no terreno da *doxa*” (ADVERSE, 2017, p. 354). Maquiavel, ao longo da obra, elabora passagens como: “O príncipe que cria em torno de si esta opinião é sempre estimado (...)” (MAQUIAVEL, XIX, l. 5), ou seja, podemos concluir que, para Maquiavel, o que chamamos de “imagem” consiste em, na verdade, uma opinião popular e que, criando uma boa opinião nos outros, há uma preservação também do poder, pois, como segue a passagem, contra ele não se erguerão, já que será estimado (“sempre estimado”). Também podemos relacionar a “opinião popular” diretamente à “reputação”.

contornada, pois, quando necessário, para assegurar a autoridade, é preciso que pratique ações que, por vezes, podem ser percebidas como não virtuosas.

E, porém, é necessário que ele tenha um ânimo disposto a mudar segundo o que lhe ordenem os ventos da fortuna e as variações das coisas exigirem; e, como acima se disse, podendo, não separar-se do bem, mas, se necessário, saber praticar o mal. (MAQUIAVEL, XVIII, I. 15).

O príncipe apenas usufruirá dos benefícios da construção da imagem pelo *parecer* se souber fazer bom uso das oportunidades e situações que se apresentarem a ele, sabendo agir de modo contrário às qualidades citadas quando preciso. Em outras palavras, deve possuir *virtù* para reagir às adversidades da *fortuna*. Ou seja, a fim de preservar o poder, o príncipe deve possuir a *virtù* para enfrentar as atribulações, e isso implica a construção de uma imagem aderida às virtudes cristãs, bem como que saiba agir contrariamente a elas, conforme a ocasião se apresentar, mas buscando manter a imagem de que age em favor delas. Quanto a realmente possuí-las, não é realmente importante para Maquiavel, ainda que isso seja recomendável, desde que não as siga a todo momento.

Mas é importante alertar que essa eventual possibilidade de agir de maneira contrária às virtudes não significa que o príncipe possa abandoná-las definitivamente. O exemplo trazido por Maquiavel (VIII, I. 4-12) é o de Agátocles de Siracusa, o qual teria tomado o governo de Siracusa de forma violenta e traidora, não se beneficiando da *fortuna*, pois alcançou o poder por seus próprios feitos, mas nem mesmo pela *virtù*, pois “Não se pode também chamar de *virtù* matar os seus cidadãos, trair os amigos, agir de má-fé sem piedade, sem religião: meios estes que permitem conquistar poder, mas não glória” (MAQUIAVEL, VIII, I. 10). O florentino considera, então, que o excesso de desumanidade e crueldade é contrário à *virtù*, parecendo estabelecer um limite a ela. Limite esse que é explicado no próprio trecho, um empecilho para alcançar a glória, ou seja, as atrocidades praticadas de maneira desproporcional e com violência tão aparente fazem com o que o príncipe não seja visto dentre aqueles gloriosos.

Portanto, a formação do *ethos* retórico se dá pela construção da imagem, a fim de que se possa aparentar qualidades que são esperadas dos príncipes. Essa imagem deve ser mantida em relação a todos, a universalidade dos homens, observando-se sempre as virtudes consagradas pela tradição humanista e cristã. Isso não significa que o príncipe deva se restringir a essas virtudes em seus atos, devendo saber o momento de escapar a elas, se necessário, o que consiste na *virtù*. Mas essa

eventual necessidade de agir contrariamente às virtudes não indica também que o príncipe deva abandoná-las, pois permanece a imposição de que mantenha a boa imagem. Os riscos de abandonar ou não conseguir ostentar as virtudes e a imagem sugeridas por Maquiavel, serão vistos a seguir, oportunidade em que se tratará sobre os motivos e consequências de ser odiado ou desprezado.

### 3.2 ÓDIO E DESPREZO

O cap. XIX de *O Príncipe* é inteiramente dedicado aos modos de evitar ser odiado e desprezado. A importância de não provocar tais sentimentos é diretamente relacionada com a manutenção da autoridade, pois, conforme já anuncia no cap. XV, “é necessário ser tão prudente que saiba evitar a infâmia<sup>27</sup> daqueles vícios que lhe tirariam o estado<sup>28</sup>” (MAQUIAVEL, XV, l. 11). Ter sua imagem relacionada a tais ações, percebidas como vícios, deve ser evitado a todo custo, já que isso trabalha contra o objetivo proposto na obra.

Contudo, o autor admite que certos vícios possam ser tolerados quando não puderem ser evitados para manter a autoridade “(...) porque, se se considera tudo muito bem, encontrar-se-á algo que parece *virtù*, que seguindo-a seria a sua ruína; e alguma outra que parece vício, e seguindo-a consegue a segurança e o seu bem-estar” (MAQUIAVEL, XV, l. 12). O trecho, que aparenta ir de encontro a sua teoria, na verdade é uma oportunidade na qual Maquiavel reconhece algumas possíveis exceções de seus conselhos. Tais exceções se demonstram importantes para se chegar mais perto da *verdade efetiva* e aproximar seus conselhos a termos gerais, e não a uma verdade científica, já que a matéria política também é eivada de incertezas, o que era reconhecido pelo próprio Maquiavel (VIROLI, 1998, p. 83). Parece sugerir, assim, que eventual infâmia a qual não cause a perda do estado, ou sem a qual não seja possível manter o estado, é preço justo a pagar, já que as situações às vezes se

<sup>27</sup> “Infâmia” [*infâmia*] é uma palavra utilizada por Maquiavel que possui conotação negativa em relação ao também utilizado vocábulo “fama”, ou seja, é uma “má fama” (pode-se encontrar exemplos dela nos caps. XIV, l. 4 e XV, l. 11 e 12).

<sup>28</sup> Em nota, o tradutor edição de *O Príncipe* aqui utilizada, José Antônio Martins, esclarece os usos e significados do termo “estado” em Maquiavel, dos quais, nesta passagem entende-se que compreende as noções de “condição do governante” e também de “poder político num principado como estado”, sendo que, em tais acepções, a palavra é escrita pelo tradutor em letra minúscula. (MAQUIAVEL, 2010, p. 31n3).

mostram difíceis de interpretar, e podem também enganar ou sofrer incidência da fortuna.

Em sentido contrário, os vícios que levam ao ódio e ao desprezo devem ser evitados, pois, enquanto o forem, as outras infâmias não apresentarão perigo (MAQUIAVEL, XIX, I. 1). Compreende-se, assim, que são esses os vícios que tiram o estado e, por essa razão, recebem especial atenção. No cap. XVII, em que Maquiavel questiona se é melhor ser temido ou amado, conclui que “deve o príncipe fazer-se temer de tal modo, que, se não conquiste o amor, evite o ódio” (MAQUIAVEL, XVII, I. 12). Dessa forma, ainda que não consiga atingir o outro extremo, o de ser amado, evitar o ódio é uma das mais importantes regras para atingir ou manter o poder, o que, ainda que decorra de ações do príncipe, é uma afetação da imagem.

O que sempre acontecerá, enquanto o príncipe se abster dos bens de seus cidadãos, de seus súditos e de suas mulheres. E quando lhe for necessário atentar contra a família de algum deles, o fará desde que haja justificação conveniente e causa manifesta. Mas, sobretudo, deve abster-se dos bens de outros porque os homens esquecem mais rápido a morte do pai do que a perda de patrimônio; depois, nunca faltam motivos para confiscar bens, e aqueles que começam a viver do roubo sempre encontram motivos para tomar aquilo que é dos outros: e, inversamente, os motivos para atentar contra a vida são mais raros e acabam mais depressa (MAQUIAVEL, XVII, I. 13-14).

Maquiavel nos mostra aqui os preceitos para evitar ser odiado, que seriam abster-se de tomar os bens e as mulheres dos súditos. O desencadeamento do texto permite concluir que, em sendo necessário atentar contra as famílias dos súditos, o motivo deve ter aparência de justiça ou deve colaborar para a preservação da imagem do príncipe, de modo a não comprometer a sua reputação. Caso contrário, apenas irá atrair o ódio.

Por sua vez, atingir os bens dos súditos é ainda mais grave do que atingir a família, pois, conforme afirma o autor, o dinheiro perdido é mais difícil de esquecer, a mágoa perdura mais longamente. E Maquiavel ainda prevê o risco que corre o príncipe, ao tomar os bens dos súditos, de continuar a fazê-lo, por habituar-se à facilidade do recurso. Um dos motivos que podem levar um príncipe a necessitar utilizar os bens dos seus súditos é querer ser visto como liberal, pois “não há nada que consuma tanto a si mesma quanto a liberalidade, enquanto tu a usas, perde a faculdade de usá-la e te torna pobre ou desprezível ou, para fugir da pobreza, rapace e odioso” (MAQUIAVEL, XVI, I. 18). Maquiavel afirma que seria *desejável* ser tido como liberal, mas argumenta que essa prática com o tempo provocaria o ódio. Isso



ocorreria naturalmente, pois, para manter a reputação de liberal não poderia abrir mão de manifestar essa característica em nenhum momento. Sendo assim, levaria o príncipe a utilizar suas riquezas e, na falta delas, buscando manter essa reputação, necessitaria tributar o povo além do razoável, o que causaria a sua pobreza (MAQUIAVEL, XVI, l. 3). E, assim, teria que utilizar os bens do povo a fim de continuar a ser tido como liberal, causando o ódio de quem é tributado.

Aliás, esse ponto de vista é reforçado no cap. XXI, em que Maquiavel prevê formas de ser estimado, avaliando que seria recomendável ao príncipe “animar os seus cidadãos a poder exercitar calmamente as suas atividades (...) e que estes não temam em melhorar as suas propriedades por temor de que lhes sejam tiradas, e aquele em abrir um comércio por medo dos impostos” (MAQUIAVEL, XXI, l. 26). Ou seja, para ser estimado, um príncipe não deve causar o temor dos súditos em perder suas posses e propriedades, o que também poderia ocorrer em caso de pusilanimidade ou belicosidade do príncipe, pois ao ser atacado ou envolver-se em guerras o povo pode perder ou ver tomados seus bens.

Portanto, a liberalidade leva ao ódio do povo por ser tributado exageradamente e, assim, pode ser considerada um vício tão grave a ponto de levar à perda do estado. Isso se dá pela máxima de Maquiavel, que serve de norte a sua teoria<sup>29</sup>: “(...) porque o intuito do povo é mais honesto que o dos grandes, querendo estes oprimir e aquele não ser oprimido” (MAQUIAVEL, IX, l. 6). Se o povo busca, em seu ânimo, não ser oprimido, o príncipe que oprime ao lhes tirar os bens, acaba por ser odiado. E os grandes, que são poucos, agraciados com a liberalidade, continuam a seguir os próprios interesses e podem voltar-se contra o príncipe em um momento de conveniência (MAQUIAVEL, IX, l. 8).

Outrossim, tendo obtido o ódio do povo, é possível que se voltem contra o príncipe ou que apoiem alguém para substituí-lo, que acreditem mais favorável a eles, devido a uma inclinação que possuem: “eles são como homens que voluntariamente

<sup>29</sup> A dinâmica dos humores perpassa, explicita (MAQUIAVEL, IX, l. 4-9) ou implicitamente, toda a obra *O Príncipe*, e consiste na hipótese de que há sempre esses dois humores (apetites) conflitantes interagindo entre si na política, o do povo que deseja não ser oprimido e o dos grandes que anseiam por oprimir o povo. Isso permite ler a obra e a teoria política de Maquiavel como um eterno conflito, o qual não é recomendável extinguir - pois isso poderia levar à tirania -, apenas canalizá-lo, permitindo que o príncipe, possuindo *virtù*, possa fazer uso desse conflito para atender a seus interesses. Para Lefort (2012, p. 140), “(...) it is, as Machiavelli clearly says, that one group desires to command and oppress, and the other not to be. Their existence is only determined by that essential relation, in the clash of two ‘appetites’ in principle each one equally insatiable. Thus, at the beginning of princely power, and adjacent to it once it has been established, is a class conflict”.

mudam de senhor, acreditando melhorar; e essa crença os faz pegar em armas contra este, no que se enganam porque veem posteriormente pela experiência que pioraram” (MAQUIAVEL, III, I. 1). O povo acreditará que um novo príncipe será melhor que o príncipe odiado e, desejando não ser oprimido e ansiando por uma mudança que melhore sua situação, apoiará outro que lhes prometa mudança contra o príncipe atual.

Por esses motivos, um príncipe, ao ser odiado, corre grave risco de perder seu poder, seu estado e sua reputação. Para sustentar uma suposta qualidade, como a liberalidade<sup>30</sup>, acabará provocando o ódio do povo, enquanto, ser tido como um miserável, embora pareça ser um defeito de caráter, ou uma infâmia, ao menos não lhe tira o poder. Nesse sentido, Maquiavel (XVI, I. 20) defende que é mais sábio da parte do príncipe ser tido como um miserável, pois causa apenas a infâmia, sem ódio, do que, por desejar ser tido por liberal, ser também visto como ladrão, o que causaria infâmia com ódio.

Ser desprezado, por outro lado, é um vício que não se apresenta tão grave quanto ser odiado, pois não necessariamente levará à perda do poder, mas pode levar a uma vulnerabilidade a partir da fragilização de sua aparência.

O que o faz desprezado é ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto: do que um príncipe deve se guardar do mesmo modo que se evita um obstáculo perigoso, e planejar que nas suas ações se reconheça grandeza, animosidade, gravidade, firmeza; e, acerca da administração privada dos súditos, querer que a sua sentença seja irrevogável; e, se conserve em tal opinião, que ninguém pense nem em iludi-lo e nem em enganá-lo (MAQUIAVEL, XIX, I. 4).

Essa passagem demonstra como Maquiavel entende que ser considerado desprezível é um comprometimento na imagem do príncipe, mas não tão grave quanto ser odiado, que promove a ação direta das pessoas para tirá-lo do poder, por alguma revolta ou conjuração. As características relacionadas ao desprezo demonstram fraqueza, covardia, indecisão, e, assim, são diretamente vinculadas a uma imagem ruim, uma infâmia que incide sobre a expectativa que os súditos têm da imagem do príncipe, que não é atendida.

<sup>30</sup> Contudo, nota-se que Maquiavel não veta o uso da aparência de liberalidade, sendo que afirma ser necessário ser tido por liberal quando se está em vias de conquistar o poder (MAQUIAVEL, XVI, I. 12-13), bem como no caso de conquista de um estado, em que se serve das pilhagens para obter o apoio dos soldados (MAQUIAVEL, XVI, I. 16). Ou seja, o uso da liberalidade é mais umas das facetas da *virtù*.

Como aparentar tais vícios não leva necessariamente à perda do poder, eles podem ser tolerados, em certa medida, buscando “(...) guardar-se, se lhe é possível, daqueles que não lhe fariam perdê-lo: mas não podendo fazê-lo, pode deixar-se levar com menos escrúpulo” (MAQUIAVEL, 2010, p. 161, XV, l. 11). Maquiavel sugere que se evitem esses vícios como se evita a um “obstáculo perigoso”<sup>31</sup>, devendo se guardar como se evitam os escolhos na navegação. Portanto, não se trata de algo definitivo para manter ou perder a autoridade, mas pode fragilizar a sua reputação. Diante do povo, um príncipe fraco pode ser mal visto por não representar a imagem idealizada, mas diante dos grandes é que o risco aumenta. Ao ser tido como fraco, covarde e indeciso, os grandes podem acreditar se deparar com uma oportunidade de enganar<sup>32</sup> ou iludir o príncipe.

Em sentido contrário, seria possível conjecturar que o príncipe poderia evitar provocar desprezo parecendo agir com coragem, força e decisão. Bastaria não aparentar ter os tais vícios, não sendo necessário realmente possuir as qualidades contrapostas, como já exposto. Mas para evitar ser iludido e enganado, exige-se aparentar possuir a fama da “grandeza, animosidade, gravidade, firmeza”. Pode-se, assim, estabelecer uma relação direta entre desprezo e ser vítima do engano, uma vez que um príncipe que demonstre fraqueza, covardia ou indecisão, será desprezado pelo povo e pelos grandes, bem como visto como alvo direto de pretensas enganações por estes últimos.

### 3.3 FORÇA X RETÓRICA: O LEÃO E A RAPOSA

A construção da imagem pelo príncipe, como visto até então, é algo bastante complexo e com diversas facetas. Já foi explorado aqui o *parecer* e sua associação com virtudes e vícios, a fim de que a retórica do príncipe possa ser formada a partir da imagem. Mas é necessário aprofundar esse tema, de modo a demonstrar os meios de que o príncipe dispõe para utilizar as aparências, bem como qual a importância disso para a manutenção da autoridade. Para isso, busca-se compreender quais os meios sugeridos por Maquiavel como tradicionais para a conquista e conservação dessa autoridade e como a retórica se insere nesse meio.

<sup>31</sup> No original: “*da che uno principe si de’ guardare come da uno scoglio*” (MAQUIAVEL, XIX, l. 4).

<sup>32</sup> “Engano” é outra palavra recorrente em Maquiavel com um papel de destaque, uma vez que possui uma conotação de utilização da aparência a fim de formar um juízo, ou seja, deliberadamente parecer algo ou alguma coisa que se sabe não ser ou não existir. Será mais explorada na próxima seção.

Maquiavel elenca a existência de duas formas para se combater, pelas leis e pela força, sendo a primeira forma própria aos homens e a segunda aos animais (às bestas) (MAQUIAVEL, XVIII, I. 2-3). Afirmar que, muitas vezes, a primeira não basta, lembrando-se que Maquiavel está escrevendo em um cenário de conflito no qual anseia pela unificação da península itálica por um pretense príncipe novo, assim, deve o príncipe saber bem utilizar as duas maneiras de combate.

A partir desse ponto, faz uso de uma metáfora bem conhecida para os autores da época, pois utiliza a imagem do centauro para demonstrar as duas naturezas, relativa à parte homem e à parte animal, sendo que o centauro já era apontado desde a antiguidade como “como o preceptor dos príncipes por excelência” (ADVERSE, 2017, p. 352). O centauro uniria em si as duas naturezas necessárias ao bem governar, devendo servir como um modelo aos príncipes, sendo o centauro Quíron<sup>33</sup> citado por Maquiavel (XVIII, I. 5) como um dos que ensinou a príncipes antigos a utilização da dupla natureza, que o florentino considera ser um segredo passado aos príncipes desde a Antiguidade, ressaltando, inclusive, a interdependência entre natureza humana e animalesca.

O autor continua a utilizar metáforas, atentando para o fato de que, ao usar o animal, um príncipe pode se servir dos exemplos do leão e o da raposa: “porque o leão não se defende das armadilhas e a raposa não se defende dos lobos; necessita, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para amedrontar os lobos” (MAQUIAVEL, XVIII, I. 7). Ou seja, recomenda o uso da força em conjunto ao uso da astúcia a fim de proteger o estado contra quem possa querer usurpá-lo.

Nesse sentido, Maquiavel inova ao se colocar contra os preceitos da tradição humanista. A metáfora do leão e da raposa, tal como já se mencionou na seção anterior, é classicamente trazida por Cícero (1999, p. 24) na obra *Dos Deveres*, mas como formas da injustiça, estabelecendo relações com a violência e a fraude. Cícero se posiciona veementemente contra o uso da fraude e do engano pelos homens, mencionando: “E de todas as formas de injustiça, nenhuma há mais criminosa do que a praticada por aqueles que, enganando ao máximo, fazem-se passar por homens de bem” (CÍCERO, 1999, p. 24). Maquiavel parece propositalmente se opor à referida

---

<sup>33</sup> Sobre a relevância da citação de Quíron no presente contexto: “Desde os gregos, Quíron representa simbolicamente a humanização do caráter animalesco ou das disposições bestiais inerentes ao homem, inclusive pela tarefa que o define: a lida constante com o problema da educação dos guerreiros, dos heróis – ou do caminho de formação daqueles, nestes” (AZAR FILHO, 2015, p. 345).

passagem de Cícero<sup>34</sup>, transformando a sua metáfora para sugerir exatamente o contrário da versão original. Esse pode ser mais um exemplo de como Maquiavel se rebela contra a tradição de espelhos dos príncipes e virtudes cristãs que tradicionalmente buscam aconselhar em um cenário ideal.

Quando o uso das leis não basta para a manutenção do poder, sendo elas uma forma de combater mais própria aos homens, é necessário saber utilizar a segunda opção, a natureza animalesca, a qual normalmente se caracteriza pelo uso da força. Contudo, Maquiavel utiliza a figura de dois animais para ilustrar essa demanda, o leão e a raposa. A intenção da raposa, pode-se dizer, é expressar uma outra face da besta além da força, a da astúcia. Apenas considerando a astúcia como parte da natureza animal é que é possível ser bem-sucedido em relação ao poder: “(...) aqueles que são somente leão não entendem nada de Estado” (MAQUIAVEL, XVIII, l. 7). Ou seja, o uso da força sem compreendê-la como uma ferramenta que é complementada pela astúcia, exhibe ignorância quanto à política.

A força é um atributo relevante na conquista e manutenção do estado. Tanto que Maquiavel dedica grande parte da obra à força, pelo uso de armas próprias ou alheias, se dedica a analisar o uso das milícias e considera de suma importância a criação de uma milícia popular, inserido tais assuntos no trecho que vai do cap. VI ao XIV, demonstrando sua importância dentro da conquista dos diversos tipos de principados. Mas além da força efetiva, Maquiavel também considera a aparência de força que o príncipe deve exibir (MAQUIAVEL, XIX, l. 4), buscando assim amedrontar os lobos. Já a astúcia, como um dos meios de se combater que deriva da natureza da besta e é representada pela raposa, é a maneira de conhecer as armadilhas que podem se apresentar a um príncipe. Tais armadilhas poderiam ser associadas ao engano e à aparência de fragilidade de um príncipe, que provocaria mais tentativas em enganá-lo, como visto anteriormente. Mas não apenas essas, pois um príncipe de aparência não vulnerável, mas que fosse fiel seguidor de todas as virtudes cristãs, também estaria sujeito ao engano.

Explica-se. O uso da astúcia, como um dos modos de escapar à virtude, é um modo para poder saber quando não honrar a palavra dada, pois os homens são maus e, assim, também deixam de honrá-la, não devendo o príncipe manter sua palavra

---

<sup>34</sup> Para outros exemplos do contraste entre Maquiavel e Cícero, ver Adverse (2009, p. 83-84).

quando não há uma recíproca (MAQUIAVEL, XVIII, I. 9-10). O essencial, contudo, é que sua aparência exiba o contrário:

Mas é necessário saber mascarar essa natureza e ser grande simulador e dissimulador: e são tão ingênuos os homens, e tanto se sujeitam às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixará enganar. (MAQUIAVEL, XVIII, I. 11).

Nesse ponto é que encontramos o maior ponto de relação com a retórica, já que a simulação e dissimulação<sup>35</sup> citadas por Maquiavel estão inscritas “no domínio da imagem e da aparência” (ADVERSE, 2017, p. 352). Vemos aqui a prescrição explícita de Maquiavel de que a imagem seja mascarada dentro de uma situação concreta, para que, com astúcia, o engano possa trazer resultados proveitosos diante de relações com homens que não cumprem com sua palavra. O que é reforçado pela ideia de que os homens são ingênuos e se deixam enganar. Essa passagem é certamente um marco do realismo<sup>36</sup> pretendido, ainda que o conselho cause algum espanto, não se pode deixar de aceitar que possui influência de situações ocorridas na realidade. Inclusive porque Maquiavel cita como exemplo Alexandre VI, grande simulador e dissimulador que vivera anos antes (MAQUIAVEL, XVIII, I. 12). O que ele busca, aqui, é ressaltar o fato de que o novo príncipe encontrará dificuldades diante de pessoas que não cumpram com suas palavras e, para conseguir sobreviver com autoridade em um mundo de engano e simulação, às vezes é necessário entrar no jogo e saber utilizar as aparências em seu favor.

Viu-se aqui as maneiras pelas quais a imagem ganha grande importância em *O Príncipe*, explorando as teorias de Maquiavel para sua construção. Partimos da criação de um *ethos* com as qualidades que se espera de um príncipe, passando pelos meios de evitar ser desprezado e odiado, que realmente podem comprometer a imagem a ponto de levar à fragilização ou perda do poder, chegando ao essencial uso da astúcia, recurso que deve ser aprendido por um príncipe que encontrará situações reais em seu exercício do poder nas quais precisará utilizá-la. A próxima seção ajudará no aprofundamento dessas questões, ilustrando-se com exemplos do próprio

<sup>35</sup> Adverse (2017, p. 352) explica o sentido de *simular* e *dissimular*: “Na primeira, trata-se de ‘fazer ver algo que não está presente’, ao passo que na segunda trata-se de ‘impedir que algo presente seja visto’.

<sup>36</sup> Alison McQueen (2018, p. 10-11) define o realismo político como um grupo de abordagens da política que possuiria quatro pilares: 1) Há algo de peculiar na política (o que pode traçar sua relação ou afastamento da ética); 2) A política consiste em conflito; 3) Tendem a priorizar as demandas de ordem e estabilidade em detrimento das relativas à justiça; 4) Rejeitam propostas de que a política não se dá pelo conflito, ou que não é peculiar, taxando-as de utópicas.

Maquiavel a aplicação de suas teorias aqui explicitadas, fortalecendo-se o vocabulário retórico da obra e demonstrando-se como a retórica é coroada como indispensável na busca e manutenção do poder.

#### 4 UMA RETÓRICA “APLICADA” À POLÍTICA

Na seção anterior foi possível perceber um pouco da intenção de Maquiavel que, na sua busca por escrever algo de útil aos príncipes, insere recomendações que podemos identificar como recursos da retórica em uma posição de importância dentro da política. Após identificar algumas passagens que mostram os preceitos retóricos utilizados por Maquiavel, bem como sua participação como um dos pilares da política, pretende-se nesta seção demonstrar inicialmente se a retórica possui caráter de insuficiência a longo prazo para buscar o poder ou governar (seção 4.1). A partir do que foi visto quanto à construção da imagem, serão também abordadas considerações acerca de como se dá a reputação na política prescrita em *O Príncipe* (seção 4.2), pois parece participar de forma dinâmica e ser parte de um vocabulário mais amplo associado à retórica, para, enfim, ser trazido o “engano” como o elemento essencial da retórica de Maquiavel na obra, e nesta seção serão relacionadas essas duas noções, reputação e engano, complementando-se aos conceitos também utilizados por Maquiavel e que se relacionam a essa construção retórica (seção 4.3).

Explica-se que esse roteiro será seguido a partir de passagens em que Maquiavel utiliza exemplos de casos particulares e bem conhecidos em sua época, a fim de melhor esclarecer o que pretende explicar. Devemos lembrar, como foi dito na seção 2.1, a importância dos exemplos históricos para a obra, já que eles não possuem uma função simples, mas fazem parte do método proposto pelo autor de verificação de casos da realidade. Viroli (1998, p. 81) defende que os exemplos de casos verídicos em Maquiavel são colocados para buscar a verdade, mas de uma forma a constituir uma ferramenta retórica com fins à persuasão. Para Viroli, é equivocado ver os exemplos de Maquiavel como casos particulares de leis gerais de comportamento humano aferidos a partir da observação direta de um certo número de fatos ocorridos. Em outras palavras, não consiste em mera particularização dos universais, mas uma consciência de que o argumento utilizado com fins retóricos possui correspondência na realidade e, por isso, pode ser uma expressão da verdade.

E, tendo no horizonte essa verdade trazida pelos fatos ocorridos, bem como a natureza humana que se mostra repetitiva, como também mencionado na seção 2.1, é que Maquiavel propõe:



Porque, caminhando os homens sempre pelos caminhos percorridos por outros e procedendo por imitação nas suas ações, nem podendo em tudo seguir nos caminhos alheios, nem adquirir a *virtù* daqueles que tu imitas, deve um homem prudente seguir sempre pelas estradas percorridas por grandes homens, e imitar aqueles que foram excelentíssimos, a fim de que, se a sua *virtù* não os alcançar, ao menos receba deles algum aroma (MAQUIAVEL, VI, l. 2).

Tal perspectiva permite compreender o estudo por Maquiavel dos exemplos históricos, aliado à necessidade de que um príncipe conheça os exemplos dos homens excelentíssimos, se inspire neles, e ainda possua alguma *virtù* para chegar a algo próximo do que esses homens alcançaram.

#### 4.1 INSUFICIÊNCIA DA RETÓRICA?

A seção 3.3 analisou o caráter complementar entre força e astúcia para busca e manutenção da autoridade para Maquiavel. Foram expressadas as bases dessa teoria, a partir das figuras do leão e da raposa, para mostrar o quanto os preceitos da retórica tomam forma em Maquiavel, pois os elementos essenciais de força e astúcia podem ser diretamente relacionados à imagem. Neste momento, tais teorias serão confrontadas com um exemplo prático a não ser imitado, também proposto por Maquiavel, a fim de melhor compreender a necessidade de que tais elementos sejam complementares para um bom governo, sem que um aspecto possa ser utilizado em detrimento do outro.

Do que se tira uma regra geral, a qual nunca ou raramente falha: que aquele que faz alguém poderoso, causa a sua ruína, porque aquele poder é criado por ele ou com astúcia ou com força, e uma e outra destas duas é suspeita para quem se torna poderoso. (MAQUIAVEL, III, l. 50).

A importância da astúcia e força, nesse trecho, é demonstrada a partir do momento fundacional que é criado por um terceiro, tornando outro poderoso. Já que a fundação de um governo se dá por astúcia ou força, quem foi capaz de fazê-lo uma vez sempre se mostrará uma ameaça ao príncipe. A menção do uso da astúcia ou da força como ferramentas para a criação do poder mostra que elas já são vistas como efetivas quando tomadas separadamente no momento fundacional, tornando sua complementaridade essencial no momento de manutenção do poder.

O exemplo de Jerônimo Savonarola era recente para Maquiavel, já que essa figura teve destaque no governo de Florença imediatamente anterior ao qual participou Maquiavel como Secretário da Segunda Chancelaria. Conforme já

mentionado na seção 2.1, Savonarola<sup>37</sup> era visto como uma pessoa de grande poder persuasivo e, como era frade dominicano, muitos na cidade ouviam atentamente suas pregações elaboradas com brilhante oratória. Contudo, ainda que o presente foco seja mostrar a relevância que nosso autor dedica à retórica em *O Príncipe*, esse exemplo não é visto com bons olhos por Maquiavel, mesmo que esse personagem dominasse a oratória.

A passagem que menciona expressamente Savonarola encontra-se no capítulo VI, o qual é dedicado aos principados novos conquistados com o uso de armas próprias e *virtù*. Ou seja, a passagem se insere em um contexto que exalta a conquista de um principado por meio de armas próprias, por príncipes novos detentores de grande *virtù*. Em certo ponto do capítulo, Maquiavel pretende analisar se os príncipes novos, quando introduzem novos ordenamentos, precisam pregar sobre eles ou podem utilizar da força, sendo que, entende o segundo caso como o mais seguro em relação ao perigo de perder o estado conquistado (MAQUIAVEL, VI, l. 20-21). Para condensar a consideração, afirma: “Daqui nasce que todos os profetas armados venceram e os desarmados se arruinaram” (MAQUIAVEL, VI, l. 21). Tal passagem permite concluir que, quando a intenção de pregar ordenamentos novos é vinculado ao bom uso das armas, o resultado torna-se positivo, enquanto o mero uso das palavras levaria à ruína<sup>38</sup>. E, por isso, o personagem histórico que bem ilustra essa posição é Savonarola, pois:

Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam podido fazer observar sua constituição longamente caso estivessem desarmados; como no nosso tempo sucedeu com o frei Jerônimo Savonarola, o qual arruinou os seus ordenamentos novos, quando a multidão começou a não acreditar nele, e ele não tinha o costume para manter firme aquilo em que haviam crido, nem para fazer crer os descrentes. (MAQUIAVEL, VI, l. 23).

<sup>37</sup> Existe também uma análise quanto à maneira que Maquiavel se posiciona contra Savonarola que leva em consideração a estrita vinculação deste último à fé e aos valores cristãos, considerando que aquele separa a moral da política por meio do realismo que prega: “Posto de uma outra forma, nosso autor quer saber se a ética é suficiente para nos mostrar como agir na política em todas as situações. A experiência de Savonarola, que era segundo ele um homem de fé verdadeira e devotado aos valores cristãos, mostrou-lhe que sua forma de agir o havia levado ao desastre. Todos os que se esquecerem da maneira como os homens agem em geral para se apegarem à forma como deveriam agir encontrarão um fim semelhante” (BIGNOTTO, 2003, p. 24). Ainda que se reconheça a importância dessa análise, aqui será privilegiada a contribuição que se pode tomar desse personagem histórico para o problema da retórica.

<sup>38</sup> Adverse (2017, p. 355) explica esse trecho, inclusive por quê podemos considerar a referência de Maquiavel a profecias como expressão da retórica: “Sendo um passo importante da argumentação chamar a atenção para a necessidade de possuir armas próprias, Maquiavel recorre a um estratagema ardiloso: ele vai colocar em contraste o caso mais acabado de capacidade persuasiva (a profecia) com o poder das armas, com o propósito de enaltecer as últimas”.

Portanto, enquanto o poder da retórica se esgotava, o povo não mais cria no que era dito por Savonarola, e ele não teve meios para contornar tal situação. Na insuficiência da retórica, foi necessária a força, e ele não dispunha dela, o que levou a sua queda do poder. Para Lefort (2012, p. 126), Maquiavel apresenta uma ironia ao sugerir que o fracasso do frade ocorreu por não ter sido capaz de manter a fé dos homens, não em Deus, mas nele mesmo.

O caso de Savonarola, além do lapso de *virtù*, também demonstra o domínio incompleto que o frade demonstrou em relação à política, e consequentemente à retórica, pois, como foi colocado na seção 3.3, a força é uma das facetas da formação de imagem. Ele sabia como utilizar as palavras, compondo sermões e profecias sobre o futuro de Florença que convenceram a muitos (BIGNOTTO, 2003, p. 7). No entanto, não conseguiu se utilizar da força e nem mesmo da imagem dela, pois confiou apenas no poder das suas palavras, ainda que possuísse ao seu lado o poder da religião.

Quando Maquiavel se questiona “(...) se é melhor ser amado que temido, ou o contrário. Responde-se que se gostaria de ser um e outro; mas porque é difícil conciliá-los, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se deve ser desprovido de um dos dois” (MAQUIAVEL, XVII, l. 8-9). Percebe-se que, pelo relato de Maquiavel, não se pode dizer se Savonarola em algum momento era amado, mas, pelas consequências que enfrentou, sendo deposto e queimado, não conseguiu ser temido por não ter associado sua retórica às armas. Pelo contrário, os seus discursos contemplavam, segundo McQueen (2017, p. 69), uma retórica de aproximação do apocalipse, pregando que haveria uma renovação da igreja, devido à corrupção que a contaminava, bem como que o centro deste apocalipse se daria em Florença que, após, se tornaria uma nova Jerusalém.

Percebe-se, assim, que os discursos de Savonarola tocavam no medo natural das pessoas em relação ao apocalipse, que ele utilizava esse artifício por meio de seus sermões, mas que isso se restringiu à esfera do discurso e, portanto, quando deixaram de crer em suas palavras, o receio do apocalipse se demonstrou insuficiente para manter a autoridade. Quando as pessoas deixam de crer, ainda seria necessário fazê-las crer pelo uso da força. Adverse (2017, p. 356) considera o uso da expressão “fazer crer pela força” tanto como consagrando o poder das armas, mas também constituindo as armas em um “mesmo jogo simbólico em que a opinião se constitui”. Portanto, o autor adere o poder das armas à capacidade de formação da opinião popular, centro da retórica. Ele ainda afirma que não é o caso de substituição entre

retórica e força, mas que venham a coincidir na formação da opinião e que, sem isso, não é possível conseguir o assentimento, o que foi relacionado à formação do *ethos* político na seção 3.1.

Não sendo temido, nem tendo o poder das armas, restringindo-se à retórica discursiva, Savonarola sucumbe e acaba queimado na fogueira. Esse personagem demonstra o que poderia ser visto como uma falha da utilização da retórica na política que, contudo, não torna a retórica obsoleta, mas parte importante para a formação da opinião popular, em associação à força.

## 4.2 COMO AUMENTAR A REPUTAÇÃO

Ao contrário de Savonarola, o qual é apresentado como um exemplo de conduta a não ser seguida, Maquiavel traz outro exemplo de personagem real, recente em relação à obra, dessa vez como grande expressão da *virtù*: César Bórgia<sup>39</sup>. O florentino dedica uma parte considerável de sua reflexão a exaltar a conduta de Bórgia que, em sua *virtù*, teria cometido apenas um erro<sup>40</sup>. Uma lição de Bórgia, o chamado Duque Valentino, ganha destaque em *O Príncipe*, em especial por exemplificar o uso das recomendações de Maquiavel aqui já mencionadas no que tange à imagem retórica.

O destaque a Bórgia é dado no capítulo VII, em que Maquiavel se dedica aos “principados novos que seriam conquistados com armas e fortuna alheias”, e o personagem histórico é trazido justamente por ter iniciado suas conquistas com a fortuna de seu pai, o papa Alexandre VI. Contudo, consegue alcançar grandes feitos, estando próximo a conquistar inclusive Florença:

Se César Bórgia o tivesse conseguido – e teria conseguido no mesmo ano que Alexandre morreu –, teria conquistado tanta força e tanta reputação que por si mesmo ter-se-ia mantido e não mais seria dependente da fortuna e força dos outros, mas de sua potência e de sua *virtù*. (MAQUIAVEL, VII, I. 37).

Portanto, a morte de Alexandre representou também uma reviravolta na *fortuna* do próprio César, estando muito próximo de conquistar territórios suficientes

<sup>39</sup> Kahn (1994, p. 26) destaca que já há algum tempo é reconhecido que Bórgia seria, para Maquiavel, o exemplo mais notório de “novo príncipe”.

<sup>40</sup> A ruína de César Bórgia teria sido apoiar a eleição do papa Júlio II, pois já o teria ofendido, e não se deve presumir que aqueles os quais já se ofendeu esquecerão as injúrias cometidas (MAQUIAVEL, 2010, p. 95, VII, I. 44-49).

para não mais depender da força e fortuna de outros, pois era refém da fortuna de seu pai e de exércitos mercenários, por não ter armas próprias. Todavia, pelos próprios méritos militares teve diversas conquistas, construindo sua imagem e reputação a partir de suas ações. Por isso, Maquiavel refere que ele “(...) construiu grandes fundamentos para um poder futuro” (MAQUIAVEL, VII, l. 9), já que teria tomado ações cautelosas para manter um poder consistente com bons fundamentos. Aliás, uma de suas qualidades seria a de que “(...) havia no duque tanta intrepidez e tanta *virtù*, tão bem conhecia como se podem conquistar e perder os homens, e tanto foram válidos os fundamentos que tinha lançado em tão pouco tempo (...)” (MAQUIAVEL, VII, l. 39), o que sugere que parte da *virtù* consiste em conhecer bem como ganhar o apoio dos homens e o que leva a perdê-lo. E esse conhecimento de que tão bem fazia uso César Bórgia, pode ser de excelente contribuição para a construção de uma reputação.

Bórgia executa uma espécie de performance, a qual é narrada por Maquiavel como “digna de nota e de ser imitada por outros” (MAQUIAVEL, VII, l. 23), que representa grande capacidade de controlar sua reputação e de criação de um *ethos* adequado ao momento, apresentando grande *virtù*. Trata-se do famoso caso de Ramirro de Orco, designado *messer* por Bórgia na Romanha, após sua conquista, para pacificá-la, ao identificar a falta de união, brigas e crimes que assolavam a região (MAQUIAVEL, VII, l. 24). Ocorre que Ramirro de Orco era reconhecido por ser cruel e em pouco tempo atingiu o objetivo de tornar a Romanha pacífica, o que levou Bórgia a criar um tribunal civil na localidade com um terceiro como juiz, buscando refrear as crueldades de Ramirro, receando que tal autoridade se tornasse odiosa pelo excesso (MAQUIAVEL, VII, l. 25-26). Contudo, percebe que tal ação não fora suficiente para evitar totalmente o ódio do povo por Ramirro. Para finalmente firmar seu poder, resolve criar uma situação que elevará sua reputação, a qual demonstra maior eficiência na construção de sua própria imagem perante aquelas pessoas:

E porque sabia que a severidade do passado havia gerado neles algum ódio, queria, para purgar os ânimos daqueles povos e ganhá-los totalmente, mostrar que, se alguma crueldade havia sido cometida, não tinha nascido dele, mas da natureza cruel do ministro. E aproveitou esta ocasião para colocá-lo numa manhã na praça, em Cesena, dividido em duas partes: com um pau e uma faca ensanguentada do lado: a ferocidade daquele espetáculo fez aquele povo ficar ao mesmo tempo satisfeito e atônito. (MAQUIAVEL, VII, l. 27-28)

Portanto, para aproveitar os ânimos que surgiram contra o *messer*, Bórgia utiliza o ódio do povo em seu favor, buscando transmitir a imagem de quem os livrava de um mal, apontando que a crueldade do governo se dava a partir de Ramirro e não de si. Assim, ao se posicionar contra o suposto inimigo do povo, se coloca ao lado do povo, sem deixar transparecer que era ele mesmo quem armara toda a situação, propositadamente se utilizando da crueldade de Ramirro para trazer ordem e paz à região. Tendo alcançado esse objetivo, forjava sua oposição a ele, inicialmente com a instituição do tribunal e, após, assassinando-o, deixando o corpo do *messer* em praça pública para causar comoção. Maquiavel se refere à reação do povo como “satisfeito” com a situação, demonstrando a aprovação das pessoas ao fim brutal de quem assolava a região com suas crueldades, mas, ao mesmo tempo, “atônito”, pois, sem saber o que pensar sobre o assunto, fica espantado, já que, como também caracteriza, a situação aparenta uma “ferocidade”.

Não devemos esquecer, no entanto, que a obra é permeada pela influência dos dois humores que regem a política, do povo e dos grandes<sup>41</sup>. Percebe-se que tal cena elaborada por Bórgia tem o potencial de criar dois efeitos diferentes sobre os referidos humores. Sobre o povo, conforme se descreveu, houve a satisfação e o espanto, que caracterizam a surpresa em relação à coragem de Bórgia, considerando que assassina alguém tão cruel, mas também o alívio, por se livrar desse governante, sentindo-se vingado. Por outro lado, os grandes podem se sentir chocados com a capacidade de Bórgia em matar um de seus próprios aliados de forma tão violenta, parecendo-lhes forte e intimidador. Dessa forma fez com que uma única ação provocasse ações distintas nesses dois humores, mas ambas em seu favor, aumentando sua reputação.

Outro ponto a ser ressaltado é que Maquiavel utiliza a palavra “espetáculo” [*spettaculo*] para se referir à ação de Bórgia, relacionando a cena com uma teatralidade premeditada, uma certa grandiosidade reputada pela escolha do termo. Espetáculo é algo a ser admirado e, por sua prescrição nesse caso, imitado, mesmo que tenha exposto uma “ferocidade”, a qual não retira o seu caráter assertivo. Ressaltando o perfil teatral da ação, ao escolher deixar o corpo na praça dividido em duas partes, acrescenta os elementos cênicos da faca e o pau ao seu lado. Portanto

---

<sup>41</sup> Ver seção 3.2.

é necessário também considerar que a criação dessa cena tinha como objetivo certa reação do público a esse espetáculo.

Buscava-se, sem dúvidas, chocar, trazendo um elemento de barbárie a uma cidade há pouco pacificada, e tendo como principal alvo dessa cena o próprio pacificador. Maquiavel narra a consequência, deixando o público “atônito”, mas “satisfeito” porque, afinal, sentiu-se vingado de quem os oprimia e, como se mencionou na seção 3.2, o povo deseja apenas não ser oprimido. Esse ato de provocar determinadas paixões pode ser também um fator de conexão com a retórica, constituindo o *pathos*<sup>42</sup>, que além do *ethos* e do próprio discurso, são as provas de persuasão da retórica (ARISTÓTELES, *Ret.*, I, 2, 1356a1). As emoções provocadas no público, nesse caso, sem dúvidas serviram ao propósito retórico a que se destinavam, conquistando Bórgia a estima do povo, construindo bons fundamentos para seu governo.

Cox (2010, p. 183-184) corrobora essa posição de que o referido ato de Bórgia constituiu importante método para o convencimento por meio do *pathos*, ao afirmar que Maquiavel estava interessado nesse aguçamento das emoções por meio de eventos dramáticos. A autora considera que o ato de Bórgia demonstra o exercício do poder por meio de representação visual<sup>43</sup>, e não por trás das cortinas, e contém um efeito de trazer a experiência à vida, constituindo uma forma de linguagem com poderoso efeito de convencimento<sup>44</sup>. Portanto, por meio dessa estratégia de construção da imagem, o *parecer* se torna ainda mais poderoso, porque provoca uma alteração no mundo, trazendo mais efetividade para o convencimento, já que faz uso de uma retórica não-verbal.

Também se deve atentar para a relação entre a crueldade e reputação nesse trecho, já que a crueldade é um modo de governar que pode levar um príncipe a ser odiado. Kahn (1994, p. 34) aduz que o exemplo de Maquiavel nos permite perceber dois tipos de crueldades que foram “bem utilizados”, sendo o primeiro tipo a crueldade

<sup>42</sup> Modo de persuasão que se baseia nos sentimentos provocados no público a partir da disposição dos ouvintes, pois são direcionados pelo orador a sentir paixões, ou emoções, específicas durante o discurso, “pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, *Ret.*, I, 2, 1356a15)

<sup>43</sup> É possível realizar uma interpretação dessa e de outras ações que são narradas na obra por meio da semiótica (MCCANLES, 1982), mas essa posição não será abordada aqui devido à opção de interpretar a obra pelos preceitos da retórica.

<sup>44</sup> “The choreographic and visual panache Machiavelli associates with this exemplary exercise of power has analogies with the rhetorical technique of *enargeia*, the powerful visual evocation of experience through language, such that it seems to ‘come alive before the eyes’” (COX, 2010, p. 184).

de Ramirro, e o segundo tipo a crueldade de Bórgia. O objetivo do primeiro, para a autora, é “destrutivo e repressivo”, para pacificar os súditos, enquanto o do segundo seria “teatral e catártico”, indiretamente também utilizado para pacificar por meio da violência. A autora ressalta, ainda, que o primeiro tipo é capaz de restabelecer a justiça para Bórgia, mas o segundo restabelece a justiça pelo ponto de vista do povo. Para Bórgia, a primeira ação, de pacificação do povo por meio das ações cruéis de outro, lhe parece justa, sendo que aquelas pessoas estavam mergulhadas em ações criminosas. Já para o povo, cansado das opressões e crueldades de Ramirro, pareceu uma ação justa o seu assassinato, pois cessavam as opressões e poderia ser considerada uma punição pelas diversas ações cruéis cometidas. Ou seja, a partir das considerações da autora sobre o exemplo de Maquiavel, podemos compreender que é possível utilizar a crueldade para construir uma imagem, ou aumentar a reputação, desde que a crueldade não seja diretamente ligada à pessoa do príncipe ou, ainda, que a crueldade possua uma aparência de justiça.

#### 4.3 O “ENGANO” COMO CHAVE

Os exemplos citados, tanto de Savonarola, quanto de Bórgia, levam à importância da opinião popular para conquistar e manter um governo. Savonarola perdeu o poder quando não mais teve a opinião popular em seu favor, sem conseguir resgatá-la por seu talento como orador e nem pelo uso da força. Já César Bórgia produz um impacto na opinião popular, com o assassinato de Ramirro, que tinha baixa estima perante ela, a fim de construir sua reputação.

Maquiavel afirma, assim, o lugar que a opinião popular assume em relação ao poder, como um fator que tem a capacidade de fortalecê-lo ou, até mesmo, extingui-lo. E nesse processo, o autor sugere que o príncipe pode e deve fazer uso de meios que o auxiliem a construir essa opinião, a partir da construção de sua imagem. A reputação e a fama são os termos utilizados por Maquiavel para indicar que essa imagem foi bem construída pelo governante, conseguindo aparentar aproximação às virtudes, enquanto a infâmia indica o contrário. Mas isso não significa que o príncipe precise possuir essas virtudes, podendo se utilizar da astúcia/engano para que pareça tê-las, ou, até mesmo, para forjar uma situação que garanta o poder sem macular sua imagem.



Para Lefort, a primeira consequência de mascarar a imagem pela astúcia seria a de uma política da violência e fraude. Contudo, ressalta que essa não seria a única consequência, já que o príncipe não estaria obrigado a utilizar a fraude em todas as situações, ele encontra benefícios em possuir de fato virtudes, desde que não se torne um prisioneiro delas (LEFORT, 2012, p. 169). Portanto, podemos concluir que a política da fraude que Lefort aponta se apresenta como uma opção ao príncipe, não com um caráter de obrigatoriedade, ainda que os que melhor souberam utilizá-la tenham obtido mais êxito ao governar. Na verdade, ao realmente possuir as virtudes, o governante deve se certificar que não está refém delas, pois as apresentar indistintamente e sem a cautela de que os homens, em geral, são maus, pode levar à ruína.

Porque dos homens se pode dizer isto: que geralmente são ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores, esquivos aos perigos, cobiçosos de ganho; e enquanto os benefícios são todos teus, oferecem o sangue, os bens, a vida, os filhos, como acima se disse, quando a necessidade está longe: mas, quando ela se avizinha a ti, revoltam-se, e aquele príncipe que está todo fundado em suas palavras, encontrando-se desprovido de outra predisposição, arruína-se. (MAQUIAVEL, XVII, I. 10).

Maquiavel, assim, apresenta os perigos de construir-se o poder sobre a palavra, buscando filiar-se às virtudes e honrar suas promessas em todos os momentos. Porque os homens não agirão dessa mesma maneira, é necessário ao príncipe também conhecer tais ardis e usá-los ao seu favor, ainda que isso implique não cumprir a palavra dada ou até mesmo não ser amado. Essa estratégia representa mais uma vinculação à *verdade efetiva*, trazendo a reflexão ao príncipe de que, ainda que desejável em um mundo ideal, as pessoas nem sempre honram sua palavra, e muitas vezes agem com simulação e dissimulação de suas intenções, e um príncipe que ignore essa realidade provavelmente sucumbirá.

Contudo, a maldade dos homens não significa para Maquiavel que o príncipe deva abandonar o povo e, a partir de então, empreender o que for necessário para manter sua autoridade. Pelo contrário, o povo é fator importante para o príncipe e, diante do permanente conflito de humores entre o povo e os grandes, é o apoio do povo que o governante deve buscar primariamente, pois os grandes representam maior ameaça ao poder.

O pior que pode acontecer a um príncipe inimigo do povo é ser abandonado por ele; mas dos grandes, que lhe são inimigos, não somente deve temer ser abandonado, mais ainda que eles lhe venham contra: porque, tendo estes

mais visão e mais astúcia, sempre sobra-lhes tempo para salvarem-se e buscarem as graças daquele que esperam que vença. (MAQUIAVEL, IX, l. 8).

A passagem indica que o príncipe poderia falhar em relação a manter sua estima junto ao povo, oprimindo-o, tornando-se seu inimigo e vindo a ser abandonado por ele. Contudo, ao se indispor em relação aos grandes, além de ser abandonado por eles, o príncipe deve temer que ajam contra si buscando tomar o poder, já que possuem mais astúcia e visão para tanto. Portanto, o príncipe sempre deve manter cautela em relação aos grandes, pois apoiam quem lhes é mais conveniente, voltam-se contra ele e, ainda, possuem mais astúcia que o povo para enganar o príncipe.

Assim, o domínio da astúcia se prova essencial, como Maquiavel exemplifica pelo uso da raposa, já que há uma necessidade de conhecer os perigos que podem se apresentar a partir do seu uso por terceiros, ocorrendo em maior grau pelos grandes, ou até mesmo pelo povo. A astúcia possui essa vinculação à imagem, ao uso do parecer para compor as ações do príncipe, mas ela estrutura-se sobre o “engano”. Esse termo é utilizado por Maquiavel em diversas ocasiões, nas quais pretende demonstrar uma situação em que o ator da situação não compreende bem a situação real presente e deixa-se levar de forma errônea, o que pode ocorrer em prejuízo de suas ações. Adverse (2009, p. 40) descreve o engano [*inganno*] como termo empregado por Maquiavel para denominar a falha do juízo. Contudo, não o relaciona a uma incompetência no uso da “faculdade de julgar”, ou seja, possuindo causas subjetivas, mas reputa sua causa como objetiva. O autor também descreve o uso do engano pelos homens, como um artifício: “Trata-se de um artifício que se utiliza contra alguém, mas que funciona apenas na medida em que o outro se deixa levar por suas paixões e desejos” (ADVERSE, 2009, p. 40).

É possível descrever o engano, portanto, como um ardil utilizado pelos homens para causar uma falsa percepção de uma situação real em outra(s) pessoa(s), o qual dependeria de que esse outro seja influenciado por suas próprias paixões na tomada de decisão. Torna-se notória, assim, a necessidade de utilização das técnicas da retórica, nesse caso, não apenas para a construção da própria imagem (*ethos*), mas também para afetar as paixões (*pathos*) das outras pessoas, por meio da ação e do discurso, promovendo assim o convencimento. O engano, dessa forma, possui bases retóricas que não podem ser ignoradas. E a astúcia, tão importante ferramenta

política para Maquiavel, aliada ao uso da força, tem como uma de suas facetas o engano, não sendo possível, assim, divorciar política e retórica em Maquiavel.

Por fim, uma construção efetiva da imagem, a fim de atingir reputação excelente, se dá pelas oportunidades encontradas pelo príncipe de “dar raros exemplos de si” (MAQUIAVEL, XXI, I. 1). Os raros exemplos que Maquiavel sugere não estão vinculados a um julgamento moral, mas sim, a uma capacidade do príncipe de mostrar raras ações. Mais uma vez a reputação é construída a partir do parecer e das ações, sem a necessidade de um discurso no sentido próprio do termo, e essa situação pode ter participação do engano, buscando-se a contribuir para o espetáculo. Um dos exemplos dados de si mesmo, e que certamente é visto como raro, com a utilização do engano, é a atuação de César Bórgia perante Ramirro de Orco, conforme narrado na seção 4.2. A retórica do príncipe, ao demonstrar que é capaz de coisas que outros não seriam, é embebida de sentimento de força e coragem, cujo parecer se manifesta nos raros exemplos, e essa dinâmica é capaz de influir na reputação do príncipe e opinião popular.

No entanto, é mister ressaltar que todos esses meios elencados para a construção da imagem e de utilização da retórica previstos por Maquiavel, os quais buscam auxiliar a busca e manutenção do poder, devem ser guiados pela *virtù*. Um príncipe de *virtù* saberá em quais momentos agir para que suas ações resultem em fama e reputação, sabendo também evitar a infâmia. Imitar os homens excelentíssimos é uma forma de guiar suas ações, mas é ainda mais importante ter *virtù*.

Mas, quanto ao exercício da mente, deve o príncipe ler as histórias e nelas considerar as ações dos homens excelentes, ver como se governaram nas guerras, examinar as causas das suas vitórias e das suas derrotas, para poder fugir dessas e imitar aquelas; e, sobretudo, fazer como fez antes aqueles homem excelente, que tentou imitar alguém que, antes dele, foi louvado e glorificado, e cujos feitos e ações sempre manteve junto a si (MAQUIAVEL, XIV, I. 14).

E, como os homens que melhor souberam governar utilizaram bem a astúcia e o engano (MAQUIAVEL, XVIII, I. 1), é possível imitar suas ações, conforme a fortuna se apresentar, mas sempre sob a luz da *virtù*, para que o príncipe também tenha a chance de alcançar a glória, um fim a ser perseguido, o qual é maior que a reputação: “Não se pode também chamar de *virtù* matar os seus cidadãos, trair os amigos, agir de má-fé, sem piedade, sem religião: meios estes que permitem conquistar poder, mas não glória” (MAQUIAVEL, VIII, I. 10). Essas foram as críticas a Agátocles de

Siracusa e que representam os limites das ações de um príncipe justamente quanto à obtenção da glória. Assim, a necessidade de se realizar a ação correta no tempo correto, conforme o conceito adotado de *virtù*, abrange a necessidade de que, se a ação correta for a utilização do engano, deve-se utilizá-lo no tempo correto, mas isso não envolve cometer abertamente tais traições com os amigos e obter poder a todo custo, pois custará ao príncipe a glória. Dessa maneira, sem que suas ações sejam mascaradas pelo parecer, a fim de manter uma imagem virtuosa perante o povo, a sua reputação será afetada, podendo-se ser relacionada a infâmias de crueldade e, assim, não será visto como glorioso, mesmo que detenha autoridade por sua força.

Foi possível observar, assim, a importância estratégica que Maquiavel reconhece para a retórica, sempre elevando o parecer ao grau de máxima importância como guia das ações do príncipe, a fim de estabelecer uma boa reputação e usufruir de fama, e até da glória, quando bem utilizadas as ferramentas da retórica. O exemplo de Savonarola reafirma essa posição, demonstrando que o discurso retórico não se mantém sozinho, mas que a força é sua aliada, pois também colabora para a construção do parecer, contribuindo para a imagem retórica. E o exemplo de Bórgia demonstra como uma boa utilização do parecer, o qual pode conter o engano, ajuda a construir uma imagem perante o povo, representada pela reputação, que pode auxiliar um príncipe novo na conquista e manutenção do estado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse percurso foi possível ver a retórica como um elemento da teoria política que Maquiavel apresenta na obra *O Príncipe*, a partir da construção da imagem, da elaboração de um parecer consistente e da busca pela boa reputação, ressaltando-se a importância da opinião popular para a utilização dessas ferramentas que podem influenciar a dinâmica do poder em um estado novo. Viu-se que a relação de Maquiavel com a retórica inicia-se com sua educação humanista, mas se utiliza dessa tradição apenas para compor elementos formais de sua obra. Ainda que *O Príncipe* se aproxime do gênero do espelho dos príncipes, seu conteúdo é inovador, pois a *verdade efetiva* das coisas exige que o príncipe por vezes se afaste das virtudes.

Na sequência foi possível observar como Maquiavel trata a construção do parecer, já que sua obra inaugura um realismo político, podendo-se relacionar o parecer com a formação do *ethos* retórico. Nesse contexto, pontua-se a necessidade de que o príncipe construa seu parecer evitando ser odiado ou desprezado. Também se abordou a metáfora do leão e da raposa, representando o uso da astúcia e da força, os elementos essenciais para a política que exigem a utilização das naturezas humana e animal. Ambas estão presentes nos seres humanos.

Por fim, teceu-se considerações sobre dois dos mais importantes exemplos históricos citados por Maquiavel - César Bórgia e Savonarola - que demonstram, respectivamente, uma boa forma de manutenção do poder a partir da reputação e a insuficiência da retórica discursiva quando apartada da força, já que esta última também constituiria um elemento retórico associado ao parecer. Ainda que o engano possa estar presente na construção da imagem, artifício do qual dispõe o príncipe, é essencial seu uso a partir da *virtù* a fim de se ter uma chance de buscar a glória.

Muitas questões ainda surgem que poderiam ser objeto de futuros trabalhos, como: as estratégias retóricas utilizadas pelo próprio Maquiavel na composição da obra; a análise do caráter do príncipe além da imagem, se o soberano por trás da máscara de virtudes também deve possuí-las; e quanto à possibilidade de se aplicar a perspectiva deste trabalho a outras obras de Maquiavel. Questões como essas poderão ser exploradas com mais vagar em futuras pesquisas, não sendo este trabalho um esgotamento dos temas tratados, além de ainda restarem diversos temas relacionados à retórica na obra de Maquiavel para estudo.

## REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. **Maquiavel**: política e retórica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. Política e retórica no humanismo do Renascimento. **O que nos faz pensar**, v. 19, n. 27, p. 27–58, 2010.

\_\_\_\_\_. Maquiavel: a força, o poder e a retórica. **Sapere aude**, v. 8, n. 16, p. 350–362, 2017.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

AZAR FILHO, C. M. Maquiavel, o leão e a raposa. **O que nos faz pensar**, v. 24, n. 36, p. 342–366, 2015.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. v. 29. (Filosofia Passo a Passo). *E-book*.

\_\_\_\_\_. Maquiavel historiador. **Revista Usp**, São Paulo, n. 29, p. 182-188, 30 maio 1996. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i29p182-188>. Acesso em: 20 out. 2020.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. Tradução de: Vera Lúcia de Oliveira Sarmento e Fernando de Azevedo Corrêa.

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos Deveres**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de Angélica Chiapeta.

COX, Virginia. **The Italian Renaissance**. Nova Iorque: I.B.Tauris & Co. Ltd, 2016. (Short Histories).

\_\_\_\_\_. Rhetoric and ethics in Machiavelli. In: NAJEMY, John M. (ed.). **The Cambridge Companion To Machiavelli**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Cap. 11. p. 173-189. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/cambridge-companion-to-machiavelli/F99CE66016F0820C884686A89CCEDD75>. Acesso em: 28 set. 2020.

GARVER, Eugene. Machiavelli's "The Prince": a neglected rhetorical classic. **Philosophy & Rhetoric**, Penn State University Press, v. 13, n. 2, p. 99-120, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40237139?seq=1>. Acesso em: 28 set. 2020.

GUIMARÃES, Carlos Nunes. Maquiavel: Ética e Política: uma crítica da crítica. **Poliética**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 76-103, 2015. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/PoliEtica/article/viewFile/19601/18106>. Acesso em: 28 out. 2020.

KAHN, Victoria. **Machiavellian Rhetoric: from the Counter-Reformation to Milton**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel**: Florença e Roma. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. (A vida cotidiana). Tradução de: Jônatas Batista Neto.

LEFORT, Claude. **Machiavelli in the making**. Illinois: Northwestern University Press, 2012. Tradução de Michael B. Smith.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Edição bilíngue. São Paulo: Hedra, 2010. Organização e tradução de José Antônio Martins.

\_\_\_\_\_. **O Príncipe**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Clássicos). Tradução: Maria Júlia Goldwasser.

\_\_\_\_\_. **O Príncipe e Escritos Políticos**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores). Traduções de Lívio Xavier.

\_\_\_\_\_. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MCCANLES, Michael. Machiavelli's "Principe" and the Textualization of History. **MLN**, [s. l], v. 97, n. 1, p. 1-18, jan. 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2906271>. Acesso em: 06 maio 2021.

MCQUEEN, Alison. **Political Realism in Apocalyptic Times**. New York: Cambridge University Press, 2018.

PINZANI, Alessandro. **Maquiavel & O Príncipe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. (Filosofia Passo-a-Passo).

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Tradução de Renato Janine Ribeiro (capítulos 1 a 11), Laura Teixeira Motta (capítulo 12 em diante).

STRAUSS, Leo. **Thoughts on Machiavelli**. Glencoe, IL: The Free Press, 1958.

VATTER, Miguel. **Machiavelli's The Prince: a reader's guide**. New York: Bloomsbury, 2013.

VIROLI, Maurizio. **Machiavelli**. New York: Oxford University Press, 1998. (Founders of Modern Political and Social Thought).

WARD, James O.. Reading Machiavelli Rhetorically: *The Prince* as covert criticism of the Renaissance prince. **California Italian Studies**. v. 2, n. 2, p. 250–260, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/4sc5s550>. Acesso em: 29 out. 2020.